

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

DADOS GERAIS

Local: On-line

Data: 02 de setembro de 2019

Horário: 14 horas

Participantes: Conforme a lista de presença em anexo

PAUTA

1. Leitura e aprovação da ata da 62ª Assembleia Geral Ordinária e leitura da pauta;
2. Apresentação da nova chefe do NGI Aparados da Serra Geral;
3. Discussão de estratégias de finalização da minuta do Regimento Interno;
4. Exposições dos avanços e desafios das Câmaras Técnicas durante a pandemia;
5. Atualização sobre o andamento do processo de concessão dos parques nacionais;
6. Meios de comunicação entre os conselheiros;
7. Assuntos gerais;

ATA

1 O Sr. Presidente do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da
2 Serra Geral, Sr. Fábio Vellozo de Mello dá as boas-vindas aos participantes informando o
3 objetivo de fazer uma reunião ampliada, e por esta razão estendeu-se este convite para a
4 participação de todos aqueles que quisessem acompanhar os processos relativos à
5 concessão. Tranquiliza informando que não se trata de uma audiência pública, no momento
6 em que se está abrindo o tema para discussão e sugestões para os membros do conselho e
7 da comunidade. Sugere uma alteração da pauta do conselho em virtude da importância
8 deste momento de se apresentar informações sobre o processo de concessão. Sugere iniciar
9 a reunião dando a devolutiva sobre o plano de manejo, colocar como segundo tema a
10 questão da concessão, seguindo então a pauta conforme proposta. A Sra. Liziane da ONG
11 MIRA-SERRA faz uma observação de questão de ordem, primeiramente informando que
12 não viu a lista de presença. A Sra. Kenia informa que a lista está circulando entre os
13 presentes. Em seguida questiona a respeito do número de conselheiros para decisão e sobre
14 a alteração de local informando que vem de Canoas. O Sr. Fabio informa que a alteração do
15 local da reunião foi devido à oportunidade de abrir o diálogo à população e que no Parque
16 não haveria espaço físico para comportar o número de pessoas então se proporcionou um
17 conforto maior para todos, tendo condições de receber mais pessoas. Além disso, esta
18 alteração facilitou a todos evitando de ter de ir até o parque. O Sr. Fabio pede aos
19 conselheiros presentes que se manifestem. A Sra. Kenia Valadares –Analista do parque

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

20 nacional e suplente no Conselho Consultivo, informa que são 28
21 membros no total e que para ter quórum, deve haver 9 membros titulares ou suplentes,
22 para questões deliberativas e que caso não haja deliberações, a reunião pode sim acontecer
23 tendo em vista que há 13 conselheiros presentes, além de seus suplentes. A Sra. Nivea
24 questiona informando que está fugindo de toda a estrutura. O Sr. Fabio informa que a Sra.
25 Nivea está pedindo para se aguardar uma hora e pergunta se todos concordam. Todos
26 informam não desejarem protelar a reunião tendo em vista que não há votação prevista. A
27 Sra. Nivea pergunta quem poderá votar, a Sra. Liziane diz não querer complicar, mas que
28 se não temos quórum como iremos votar alguma coisa. A Sra. Kenia afirma que há quórum
29 com 13 conselheiros, 1/3 dos conselheiros por serem 28 ao todo, a Sra. Kenia informa que
30 a regularização do conselho ocorreu em 2017 e temos 28 conselheiros ao todo e que o
31 quórum se dá com um terço dos membros, sendo ao menos 9 membros necessários para
32 acontecer a reunião com caráter deliberativo. Independentemente disto, a reunião pode
33 acontecer, se não houver deliberação ou votação, a reunião pode acontecer. A Sra. Liziane
34 pede à Sra. Kenia que avalie se ela possui o regimento correto, a Sra. Kenia diz que só
35 existe um e ao analisar o documento em posse da Sra. Liziane informa a ela que a
36 composição que ela possui não é a correta e explica a ela que pode se tranquilizar tendo e
37 vista que todos os trâmites corretos estão sendo seguidos. A Sra. Liziane se desculpa e
38 solicita que mais uma vez lhe seja enviado o documento atual, pede desculpas aos
39 presentes e informa que não localizou o documento atual.
40 O Sr. Fabio solicita então aos membros do ICMbio que componham a mesa para que se
41 inicie a pauta relativa à revisão do plano de manejo. Sr. Carlos, Sra. Larissa, Sra. Kenia, Sr.
42 Deonir, Sra. Eridiane, Sr. Anivaldo, Sr. André. A Sra. Kenia informa que está passando a
43 lista com os nomes e contatos de todos os conselheiros para que os mesmos atualizem seus
44 dados, corrigindo se necessário, titulares e suplentes, circulando também a ata da reunião
45 anterior que foi encaminhada juntamente com a convocação para que as alterações ocorram
46 antes da reunião para que aqueles que estiveram presentes dia 16 de abril possam assinar
47 esta ata. O Sr. Fabio informa que nosso plano de manejo foi trabalhado e entregue no ano
48 2000 e que necessitava de atualizações. Tanto a equipe do ICMbio da NGIASG, esteve em
49 Brasília no mês de junho para discutir questões da monitoria do plano. Na monitoria,
50 percebeu-se que realmente havia item que não estariam mais adequados a realidade. Foi
51 feito na ocasião um trabalho de se recolocar da melhor forma em relação ao que hoje se
52 preconiza em forma de pequenos ajustes, pequenas redações sem alterar o conteúdo do

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

53 plano, houve outro encontro nos Parques Nacionais com a equipe para que fosse feita esta
54 redação de alterações pontuais onde todos os colaboradores do parque concordaram sobre
55 as necessidades de alterações. Não houve mudança de zoneamento, somente sobre alguns
56 pontos onde percebeu-se ao longo dos anos de acordo com o que se preconiza nas demais
57 unidades. Sendo que uma questão que foi alterada teve relação com a parte de
58 regularização fundiária que era mais restrita e hoje não se exige que para se realizar a
59 visitação a área deve estar regularizada, no entanto a proposta da instituição é a de que toda
60 a parte de regularização fundiária seja feita para dar andamento no processo de concessão.
61 Abre então para questionamento dos participantes serem algumas dúvidas.
62 A Sra. Kenia sugere aguardar o termino da apresentação para então iniciar o debate. A Sra.
63 Liziane questiona que estava sendo construído conforme a instrução normativa e diz que
64 houve vários problemas que foram apontados e pergunta porque depois de um trabalho
65 bom ou ruim de câmara temática e grupo de trabalho da reformulação do plano de manejo
66 e existe um processo no Ministério Público, processo dinâmico onde a participação social é
67 um dos eixos e fomos brindados e surpreendidos com uma publicação do plano de manejo
68 sem nenhuma participação social onde vamos assistir algo que já foi publicado. O Sr.
69 Fabio disse que o processo vinha sendo construído, se chegou a ler as alterações pontuais e
70 que se trata de alterações simples e pontuais, onde se respeitou toda a normativa e o processo
71 e trâmites previstos e como não se tratou de uma revisão total do
72 plano de manejo, e para este momento importante para a sociedade e comunidade local que
73 é o processo de concessão, foram apenas feitos ajustes que atendessem à atualidade do
74 trabalho pois muitas coisas estavam defasadas e detalhados em excesso, além de
75 desnecessários. A Sra. Kenia relata que aproveitando este questionamento existe um grupo
76 de trabalho que foi formado no âmbito do Conselho Consultivo e a própria MIRA-SERRA
77 faz parte do GT e antes mesmo de iniciarmos a monitoria do Plano de Manejo, houve várias
78 reuniões com discussões aprofundadas quando estávamos estudando, a MIRA-SERRA teve
79 oportunidade de participar deste momento, inclusive com sugestões, ponderações e a
80 MIRA-SERRA durante estes momentos preferiu se abster de participar. Houve alguns
81 momentos onde houveram críticas mas na construção coletiva do documento não houve
82 participação da MIRA-SERRA de forma geral. Houve participação de várias pessoas
83 membros e não membros do conselho. O Grupo de trabalho foi consolidado dentro do
84 conselho consultivo e vários membros estão aqui para corroborar. Em segundo lugar, depois
85 desta sequência de reuniões, a luz da IN 207/2017, que preconiza as diretrizes a se seguir

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

86 sobre elaboração ou revisão de plano de manejo, nós seguimos e para a revisão pontual o
87 grupo que foi definido pela COMAN que é a Coordenação de Revisão e alteração de planos
88 de manejo, para a revisão pontual do Plano de Manejo, foram seguidas estas diretrizes.
89 Estivemos em Brasília com a equipe de Aparados da Serra no mês de junho fazendo este
90 monitoramento para ver qual o grau de implantação deste plano de manejo de 2004 e aí
91 foram feitos vários apontamentos com vista da sua revisão. O documento de revisão foi
92 publicado agora em agosto, portanto, não percebo em sua fala qual o ponto frágil do processo
93 tendo sido cumpridos todos os ritos. Sr. Carlos Fernandes analista ambiental do Instituto
94 Chico Mendes, atualmente Coordenador de Concessões e Negócios, mas já atuou em plano
95 de manejo durante muitos anos, foi coordenador no processo de revisão de plano de manejo.
96 A revisão do plano de manejo tem dois aspectos, revisões pontuais como esta que estamos
97 discutindo e uma revisão mais completa do plano de manejo segundo cada situação. Desde
98 sua época de coordenador de plano de manejo já entendia que este plano era passível de
99 revisão pois está muito aquém da expectativa de uso para gestão e do processo para sua
100 implementação. O processo de revisão do plano de manejo ainda não acabou. Tomamos no
101 ICMbio uma decisão estratégica neste momento que é a de trabalhar na revisão pontual
102 para cobrir uma necessidade que hoje se apresenta na gestão da unidade de conservação.
103 Assim como se trabalha em outras unidades atendendo às características da unidade. No
104 entanto o processo de revisão de plano de manejo demanda uma série de outras questões
105 que hoje percebemos que muito mais engessa a gestão da unidade de conservação do que
106 facilita sua implementação. Isso não é uma exclusividade daqui, mas tem sido trabalhado
107 em uma série de outras unidades de conservação como a exemplo da Chapada dos
108 Veadeiros, onde foi feito um processo de revisão pontual atendendo a alguns
109 redirecionamentos estratégicos para a gestão das unidades e agora nas próximas semanas
110 vai ocorrer uma reunião ampla de revisão pois irá se trabalhar a revisão de normas mais
111 estratégicas para o ano, revisão de zoneamento, ajustes...É necessário ter em mente que o
112 processo iniciado no conselho ainda não terminou, tivemos um ponto estratégico, no
113 entanto o GT permanece com seu papel na continuidade de um trabalho que não terminou.
114 O Sr. Fabio informou estar passando ao conhecimento de todos para circulação o
115 documento com as alterações pontuais que se encontra disponível na internet. A Sra. Kenia
116 informou que pode enviar todos os documentos por e-mail e solicita que sejam escritos de
117 forma bem legível. O Sr. Nelson Bruger membro do conselho pela Federação Gaúcha de
118 Montanhistas membro do conselho consultivo há cerca de dez anos se manifestou relatando

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

119 sua participação na construção do plano de manejo do Parque São Joaquim com uma
120 metodologia nova e experimental para o ICMBio e achou a IN de 2017 conservadora e para
121 exemplificar o plano de manejo deste parque tem 3.000 páginas e tranca o computador
122 quando vai ver os gráficos, um plano de manejo que serve para muito pouca coisa, já um
123 plano do parque nacional do Havaí tem 68 páginas um documento a se trabalhar
124 continuamente ainda que sua publicação oficial saia de tempos em tempos. Em 2018 foi
125 informado para nós que não havia recurso para uma revisão do plano e o plano atual além
126 de ser desatualizado, era feito para não ajudar o gerenciamento. O Sr. Nelson disse não ter
127 se motivado para ajudar em uma mudança tão conservadora, por não acreditar que se levaria
128 adiante este estudo no contexto em que vivemos de mudanças no Ministério. Parabeniza o
129 Sr. Fabio e sua equipe por terem conseguido tirar “leite de pedra”, em uma situação adversa
130 conseguiram dar seguimento e que estas pequenas mudanças melhoram muito, mas mais do
131 que isso, elas mostram que ao contrário do que se viu muitos anos aqui, onde tínhamos uma
132 camisa de força jurídica que não nos permitia nada. Estes pequenos avanços são grandes
133 gestos de boa vontade e parabeniza por dentro de um momento tão difícil da política
134 brasileira terem conseguido destravar algumas coisas. O Sr. Carlos diz que também estava
135 em São Joaquim e que aquela metodologia é hoje a metodologia oficial do Instituto Chico
136 Mendes e a portaria 1163, de 17/12/2018, que atualiza o planejamento das UCs, já tem um
137 roteiro metodológico novo. A expectativa é de se chegar em muito menos páginas, estamos
138 aprendendo. O Sr. Paulo Ferreti informa que acompanha tendo sido Presidente da
139 Associação de Empreendedores e do COMTUR e hoje somente como sociedade civil,
140 questiona suas preocupações com relação à portaria. A exclusão da norma que diz que as
141 atividades permitidas não poderão comprometer integridade dos recursos naturais e se
142 preocupa que uma UC não se tenha a garantia da preservação e apesar de estar em processo
143 tem a portaria e mesmo faltando coisas a portaria está publicada, como estão lidando com
144 isso. O Sr. Carlos informa que a dinâmica mudou bastante, a portaria informa isso com
145 relação a um determinado tema no plano de manejo e a razão pela qual não é uma mudança
146 de estratégia pois não chega a mudar as instruções de zoneamento e as outras áreas do
147 planejamento para a conservação, tanto que ela está em um tema específico que é a
148 adequação do plano de manejo. O Sr. Paulo questiona se é a adequação para as concessões.
149 O Sr. Carlos informa que não necessariamente para as concessões, mas para outras
150 estratégias inclusive que também estavam narradas no plano. É certo que a concessão está
151 no processo, mas há uma série de outras estratégias que podem ser avaliadas de forma mais

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

152 distensionada agora dentro de uma UC. A orientação foi para que não fossem ações somente
153 para a concessão, mas que fosse para ajudar e apoiar a implementação de diversas estratégias
154 de uso público dentro da UC, por essa razão se trata de 18 páginas, pois se fosse somente
155 para a concessão, em duas ou três normas estaria resolvido. Consideramos que a concessão
156 não é a única estratégia possível, principalmente em uma unidade onde já temos um trade
157 estabelecido, e sim agregar diferentes estratégias no processo. Solicita ao Fábio que seja
158 passado o roteiro metodológico novo pois já vieram com essa orientação de nessa
159 perspectiva de deixar o plano de manejo mais estratégico, algumas normas que já estão
160 previstas na legislação, elas já não são mais introduzidas dentro do plano. Esta questão de
161 garantir a preservação já está na lei e para dar uma leitura mais fácil, não ficar repetindo
162 informações que já estão previstas. A Sra. Kenia informa que a Coman está providenciando
163 um texto compilado com todas as alterações pelas quais o plano de manejo atual passou,
164 para ser digerível e de fácil consulta. O Sr. Fabio informou que a Coman os tranquilizou no
165 sentido em que este processo vai seguir pois precisamos em um momento subsequente ter
166 uma revisão geral do plano. Comentou que conhece o plano de manejo de outras unidades e
167 que este plano de manejo o surpreendeu por seu tamanho e excesso de informações extensas
168 com perda de objetividade, pois o objetivo do Plano de Manejo é o de ser um instrumento
169 de gestão e o fato de ter um plano de manejo com informações pouco objetivas faz com que
170 não seja possível o utilizar. E está certo que esta revisão permitirá uma melhor gestão da UC
171 como a exemplo de outras UCs. Sr. Alexandre membro do Conselho Consultivo pela ONG
172 Curi caças concorda que este plano é ultrapassado, tendo sido feito em 2005 sob outro
173 contexto, e não tendo sido atualizado e quando não se permitiam revisões pontuais. Diz que
174 o plano de manejo é Inter relacionado e que alguma alteração de forma de gestão pode afetar
175 a questão da preservação e que pode se expressar em 60 páginas em termo de síntese, mas
176 está baseado em argumentos bem complicados. Havíamos nos posicionado de forma a ter
177 uma revisão do plano de manejo mais completa para evitarmos riscos, como por exemplo,
178 uma zona primitiva possa ser utilizada de forma branda e o plano de manejo dá conta disso.
179 Quer deixar este alerta para que futuramente estas alterações pontuais não levem ao que é
180 comum na administração pública que é empurrar com a barriga, ou seja, se fez uma revisão
181 pontual, resolveu-se algumas questões específicas que são do ponto de vista das concessões
182 e o nosso plano de manejo de 14 anos vai continuar durante mais cinco e o ICMbio tem que
183 assumir o compromisso e o conselho tem que cobrar de forma mais contundente que esta
184 revisão continue na dinâmica complexa que ela precisa. Outro aspecto tem a ver com essa

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

185 alteração nos procedimentos, se espera que um grupo de trabalho seu trabalho seja levado
186 ao conselho pela visão técnica para fazer uma revisão final e sugestões de ajustes na visão
187 plural e não consultou o Conselho antes de sua publicação. O Sr. Fábio informa que tivemos
188 reuniões com o Grupo em reuniões abertas com o grupo de forma aberta. O Sr. Alexandre
189 diz que este trabalho não substitui uma declaração em plenária. O Sr. Fabio, diz que a
190 discussão ocorreu na câmara temática e que quando houver a continuidade do processo de
191 revisão o grupo de monitoria apresentará o resultado de seu trabalho que está em andamento.
192 A Sra. Aline questiona a título de entendimento que na portaria há vários textos onde se lê
193 baixo impacto leia-se médio grau de intervenção e como isso se configura. O Sr. Carlos
194 informa que no ICMBio tem documentos de configurações dos serviços dentro das UCs, esta
195 definição lida agora é parte de outro instrumento que há Rol de oportunidades de UCs –
196 ROVUC, onde se unificou dentro deste documento as nomenclaturas e suas caracterizações,
197 onde se tem a explicação de baixa, média intervenção, uma vez que cada pessoa tem uma
198 interpretação e cada plano de manejo tem uma forma diferente. Este documento ROVUC dá
199 uma única interpretação para os diferentes graus de intervenção que se reproduz no
200 zoneamento dentro dos planos de manejo. Hoje, os planos de manejo mais atuais como ao
201 exemplo de São Joaquim, não entram mais no detalhamento do que se deve ou não ser
202 implementado na UC ele entra com um conjunto de normas, restrições e orientações
203 estratégicas para que outras áreas especializadas proteção, proteção florestal para que outras
204 áreas possam fazer seus planejamentos específicos observando o melhor momento para uma
205 determinada estratégia de gestão de manejo. Por exemplo naquela zona você quer colocar a
206 trilha X, na verdade no plano de manejo naquela zona, naquele determinado contexto o que
207 é essa trilha de baixa intervenção. Depois fazendo uso dos instrumentos de planejamento,
208 vai definir daquela característica daquela unidade e daquela zona o que é essa trilha de baixa
209 intervenção. O Rovuc, roteiro metodológico para manejo de impacto de visitação, estão
210 disponíveis no site do Instituto. A Sra. Kenia informa que havendo os dados legíveis ela
211 pode passar a todos essa documentação. O Sr. Alexandre Paraiba complementou a fala do
212 Sr. Nelson quando disse que estávamos engessados há dez anos. O Sr. Anivaldo disse que
213 diferente de outras UCs, a regra aqui é um caso à parte. Parabenizou ao Sr. Fabio que em um
214 ano na unidade conseguiu o que praticamente em 20 anos não se conseguia, conseguiu
215 algumas melhorias, ainda que não seja da forma que a gente como servidor deseja, que seria
216 melhor que fosse uma revisão ampliada, no entanto reitera que quando se está na inércia, a
217 força necessária para se mover é muito maior e se este é um primeiro passo, imagina-se que

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

218 o esforço agora para um próximo passo seja menor. Assim como nesta revisão pode auxiliar
219 a solucionar alguns gargalos, pode criar outros se não se fizer ajustes naquilo que se precisa
220 em outras partes. Isso se torna mais difícil quando alguns atuam a favor e outros contra.
221 Quanto ao questionamento sobre o papel do conselheiro, assim como as inúmeras demandas
222 que a gente recebe do MPF, algumas delas esdrúxulas simplesmente pois alguém fez uma
223 denúncia ao MPF que é da prerrogativa dele atender. Temos que deixar de atender alguma
224 coisa que realmente é importante para atender alguma coisa que não faz sentido e tem que
225 atender. Assim como a Sociedade Civil organizada tem um papel de certa forma de nos
226 fiscalizar. Cabe a nós também quando a gente se inteira, seja um cidadão, seja uma ong, seja
227 quem for, eu estou sujeito a responder por isso. A mesma organização que vê alguma coisa
228 que está errada, faz uma denúncia a quem de direito, se ela tem um comportamento meu ou
229 de qualquer outro colega que faça a mesma coisa, que possa ser até passível de demissão.
230 Está no meu papel fazer a mesma consideração. Assim quando o Fábio conseguiu fazer
231 alguma coisa, estava havendo um processo construtivo, na última reunião em que eu
232 participei inclusive foi nesta sala aqui, com a presença da Nivea como observadora, com
233 uma postura não de compor, mas de observar, então teve este trabalho construtivo que estava
234 sendo feito ele foi interrompido e paralisado e levado para Brasília conforme está sendo
235 apresentado. Sr. Eduardo empreendedor de Cambará do Sul e conselheiro através da ASG
236 Associação de Agências da Serra Geral questiona que anteriormente no plano de manejo não
237 se poderia fazer visita entrando pelo Pic Camisas, neste novo plano não percebi esta
238 autorização, a pergunta é se vai ter essa autorização de acessos por lá. O Sr. Anivaldo
239 respondeu que no plano de manejo não consta claramente uma proibição de abertura, mas
240 sim a não intenção de abrir. No entanto se em um outro momento se entende que aquilo tem
241 que ser utilizado de alguma forma. O Sr. Eduardo quer saber se permite ou não. A Sra. Kenia
242 informou que não se alterou nada a este respeito e não há no novo termo nenhuma referência
243 ao Pic Camisas. O Sr. Marcelo Pupim fica como sugestão se necessário, discutir este tema
244 no caso de uma revisão do plano de manejo especificamente para o trade. A preocupação do
245 Sr. Eduardo ao contrário é que não se deseja que se abra esta entrada do Pic Camisas para
246 que a passagem seja feita pelo centro de Cambará do Sul. O Sr. Nelson disse que
247 complementando a fala do Sr. Alexandre, para que o processo seja democrático, tanto para
248 quando convergem com nossas visões como para quando divergem, a exemplo de São
249 Joaquim onde apesar das divergências se entregou um resultado final, que não foi
250 apresentado à comunidade e foi necessário lutar dois anos para ter acesso ao novo plano de

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

251 manejo e isso é uma vergonha. No entanto, iremos lutar para uma revisão ampla do plano de
252 manejo, tão antes quanto possível pois o estratagema usado para impedir a escalada neste
253 parque foi colocar todos os paredões como intangíveis sem nenhum estudo que apontasse
254 esta necessidade, o que foi muito arbitrário também. Uma outra questão o Sr. Nelson
255 comenta ao Sr. Alexandre é que se corre o risco fazendo e não fazendo. O pressuposto que
256 o instituto nos colocou é que não havia recurso para fazer todo o plano e agora, podemos
257 não fazer nada, o que não impede que as coisas aconteçam, ou mudamos e arriscamos pois
258 não existe como parar o tempo, um gerenciamento em condições inadequadas também
259 coloca tudo isso com o que você se preocupa em risco. Inclusive o risco que passamos na
260 virada do ano de perder um Ministério. Esta reflexão mais ampla é importante ser feita pois
261 quando a sociedade se convence que a narrativa ambiental é ruim para a própria sociedade,
262 deve-se repensar a maneira como se faz a proteção ambiental de forma a engajar a sociedade
263 neste intento e não criar a repulsão pela defesa ambiental. Lembrando que o código florestal
264 define que trilha é uma atividade de baixo impacto. O Sr. Dariel membro do conselho pela
265 Câmara de Vereadores de Cambará do Sul, a respeito do Pic Camisas informa que a
266 sociedade entende que seria tirar do trade consolidado sua entrada ao A Sra. Kelly membro
267 do conselho como presidente da AETURCS – Associação de empreendedores Turísticos de
268 Cambará do Sul e membro da Secretaria do Conselho Consultivo, informou que foram
269 entregues documentos a respeito da solicitação da população para não abertura da entrada
270 do Pic Camisas, da estrada da Azulega e da ligação do Fortaleza com o Morro Agudo em
271 11/04 para o Ministro do Meio Ambiente, em 05/06 para os Secretários do Meio Ambiente
272 Ana Pellini, Secretário de Ecoturismo André Germanos, Diretor de Plano de manejo Marcos
273 Simanovic do ICMbio em Brasília onde foi informado que não é desejo das entidades
274 representadas, do trade turístico e das pessoas a abertura de entradas que não passem pelo
275 centro de Cambará do Sul. A Sra. Liziane pergunta o papel do conselheiro e teria sido mais
276 simpático e legalista passar pela plenária antes de sair. Os questionamentos devem ser feitos
277 pelos conselheiros antes de ir direto na justiça. Pedimos vários estudos que não foram
278 enviados para nós e não houve respostas aos ofícios a não ser pela antiga gestora e questiona
279 qual é o papel do conselheiro que não recebe os estudos solicitados e diz que tem 26 anos de
280 funcionária pública e que sua demanda não é para incomodar. Aponta falhas de divulgação
281 e de comunicação e que é um grande problema numa gestão. Eu chego aqui com um
282 regimento que não é o válido. Questionou que quando estavam trabalhando em Brasília o
283 que custava terem decidido apresentar em Conselho antes de publicar pois seria mais

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

284 simpático pois somos conselho consultivo o que não tinha essa animosidade toda qual é
285 nosso papel de analisar essa devolutiva e porquê. O Sr. Fabio informa que com relação aos
286 questionamentos feitos no conselho tem dado todas as respostas solicitadas pela Sra. Nívia
287 quando solicitado e tendo em vista o excesso de demanda determinadas vezes não é possível
288 responder por escrito, mas tudo tem sido esclarecido não só pela gestão como pelos demais
289 conselheiros. Em todas as reuniões ela tem tido a oportunidade de se colocar e de obter uma
290 devolutiva com relação a suas demandas. Se houver questionamentos em ata que não foram
291 respondidos poderão ser respondidos, no entanto sempre que houve questionamentos foram
292 prontamente respondidos. A Sra. Nívia diz não ter certeza disso. O Sr. Fabio informa que
293 sim seus questionamentos foram sempre respondidos. A Sra. Liziane diz não querer
294 tumultuar a reunião pois a reunião não é para isso e que ela encaminha seis ofícios e,
295 portanto, entende que os questionamentos relativos a ofícios eram para ela e está
296 respondendo a isso. O Sr. Alexandre diz que concorda e que a reunião não é feita para isso
297 e sim para tirar as demandas daqui. O Sr. Fabio esclarece que sempre tem o desejo inicial
298 era o de trazer todas estas demandas a serem discutidas em conselho e que em determinado
299 momento até para cumprimento de prazos não foi possível trazer da forma que se gostaria,
300 mas que o processo foi conduzido pelos profissionais da área lá na sede o que resultou neste
301 trabalho com participação dos analistas ambientais das UCs e é o que se está trazendo hoje
302 para vocês. A Sra. Luiza da Estância Felicidade se posiciona dizendo considerar que se tratou
303 de uma questão de excesso de trabalho de atender a isso tudo e que não foi em nenhum
304 momento uma má vontade e que coloca desta forma para que se mantenha um diálogo
305 positivo pois desta forma o trabalho anda, pois do momento em que se fica colocando
306 processo aqui e ali e o dedo na cara o processo não anda. Certamente há erros ou falhas, mas
307 estamos todos com uma grande quantidade de trabalho e buscando fazer o seu melhor. O Sr.
308 Anivaldo diz que como servidor duas ou três demandas chegaram ao e-mail e não irá
309 responder pois não cabe responder, se quem perguntou considera que não está bom, também
310 tem caminhos, como vir ao conselho ou buscar uma forma de obter esta resposta. Diz que
311 seu receio é o mesmo de todos que desde 2016 estão sendo trabalhadas estas questões tanto
312 no conselho consultivo para revisão de plano de manejo e nada acontece, pois tentamos fazer
313 de baixo para cima, mas quando não dá certo, quem garante que não virá de cima para baixo.
314 Terminadas as inscrições para intervenções o Sr. Fabio passa a palavra ao Sr. Carlos que
315 irá apresentar o processo de concessão. O Sr. Carlos diz ter trabalhado mais de 10 anos em
316 planos de manejo e ter trabalhado em UC onde olhava o plano de manejo com a certeza de

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

317 que aquele não era um documento de usuário. Sua expectativa junto aos processos de planos
318 de manejo é que fosse um documento que pudesse ser levado em qualquer momento em
319 reunião com câmara de vereadores, prefeituras ou parceiros e não 3 mil páginas. Neste
320 processo que está sendo implementado e que há alguns saltos na gestão das UCs com o
321 intuito de facilitar o processo de gestão, garantir o processo de preservação da
322 biodiversidade, dinamizar a comunidade que está envolvida no entorno da UC para que se
323 traga cada vez mais parceiros. Neste contexto a concessão de serviços é uma das alternativas
324 que se vislumbra dentro da administração pública do Instituto Chico Mendes para melhorar
325 a gestão pública pois se entende que melhorando as condições das pessoas e dando uma
326 oportunidade delas alcançarem o bem estar do contato com a natureza é uma forma de se
327 conseguir um aliado bastante significativo para a conservação. Disse já ter tido a experiência
328 de chegar na beira de um cânion e vislumbrar um horizonte amplo modifica a vida de uma
329 pessoa. Eu estou certo que uma pessoa que passa por uma experiência modificadora como
330 esta passa a perceber o ecossistema, não só o ecossistema natural como o pessoal dela de
331 uma forma diferente. Este é um dos princípios que se traz quando se dialoga com a questão
332 do uso público e da visitação em uma unidade de conservação. A Abertura do uso público é
333 para implementar a experiência significativa que pode ser transformadora. Quem já teve
334 experiência de visitar outros parques nacionais, outras áreas protegidas, sabe o quanto isso é
335 modificador. E esta é a proposta do Instituto Chico Mendes, poder proporcionar experiências
336 significativas para as pessoas com isso está cooptando um aliado para a preservação da
337 natureza. Uma das estratégias usadas é a delegação de serviços em uma unidade de
338 conservação. O Sr. Tiago Beraldo em sua tese de doutorado apresenta uma análise onde o
339 turista que visita uma UC se utiliza dos serviços do entorno gerando renda e emprego
340 destacando a importância do turismo nas regiões adjacentes estimulando a expansão dos
341 gastos, um visitante que retorna e traz outras pessoas beneficia a população do entorno da
342 UC. A cada um real gasto por um visitante, são gerados outros sete reais para o entorno da
343 unidade. Há visitantes de passagem que visitam as unidades somente um dia. Como a
344 exemplo de Fernando de Noronha onde os navios aportavam e visitavam, se alimentavam
345 no navio e ficavam somente um dia, mas se conseguimos desenvolver uma estratégia para
346 que o visitante tenha diferentes oportunidades para visitar por dois ou mais dias, este
347 visitante vai visitar, se alimentar na cidade, gerar impostos para o Município e o Estado, em
348 termos de compras, negócios... O dono da pousada por sua vez vai precisar comprar mais
349 dos produtores locais da região, uma estratégia de desenvolvimento onde gera-se um círculo

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

350 virtuoso em que um apoia o outro e a cada 1 real utilizado pelo visitante geramos outros 7
351 reais em benefícios econômicos no entorno da UC. Em 2017 as UCs receberam mais de 10
352 milhões de visitas que estão buscando ambientes naturais protegidos para algum tipo de
353 experiência, estes visitantes gastaram 2 milhões de reais direta ou indiretamente e geraram
354 80 mil empregos diretos. Quando observamos estes valores e as possibilidades de expansão
355 nas unidades Federais como Estaduais e municipais, verificamos uma busca por alternativa
356 sustentável de geração de emprego e renda para as comunidades. São novas expectativas
357 que até pouco tempo atrás não se encontravam no horizonte significativo da população
358 brasileira, mas uma alternativa sustentável de geração de emprego e renda nas UCs. A
359 visitação nas UCs é uma ferramenta de conservação. Abrir uma trilha bem manejada,
360 garantida a segurança do visitante, é uma ferramenta de conservação e vai proporcionar
361 uma experiência transformadora. Uma experiência transformadora que vivenciei no Peru
362 foi um condor voando sobre um cânion. Aproxima a sociedade, tendo o visitante como
363 parceiro multiplicador da biodiversidade e induz o desenvolvimento econômico. Já se
364 iniciou o cálculo do quanto isso gera para os municípios, inclusive já se aparece no PIB
365 brasileiro como ativo para a economia brasileira. Há diferentes níveis de intensidade de
366 visitação, inclusive dentro de uma concessão, sempre oferecendo o melhor serviço aos
367 visitantes. De atividades mais ligadas ao contato mais primitivo com a natureza até
368 atividades mais significativas como exemplo duas UCs e quatro serviços concedidos, o
369 centro de visitantes e a loja de souvenirs do Parque Nacional de Tijuca no Corcovado e
370 duas fotos de Cataratas do Iguaçu, restaurante e passeio de bote no Macuco safari. A
371 concessão de serviços já é prevista na legislação, no SNUC previsão da delegação de
372 serviços onerosos para a UC há uma lei que dá embasamento jurídico atual para se
373 trabalhar no modelo que se tem hoje de concessão de serviços nas unidades, dispõe sobre a
374 concessão de serviços, as instalações das unidades de conservação federais, voltada para
375 educação, preservação, do meio ambiente, turismo ecológico, interpretação ambiental e
376 criação de contato com a natureza, fala sobre as obras de licenciamento. Existem diversos
377 modelos e estratégias sendo este um deles apenas. Com relação aos contratos quando se
378 fala do impacto que se tem na sociedade, se questiona se haverá um único contrato que irá
379 acabar com o entorno. Esclarece que dentro dos contratos se traz uma série de indicadores
380 de bonificação dos contratos, se por exemplo o concessionário se utiliza dos produtos
381 locais, pequenas propriedades, produção orgânica, ele ganha um benefício de bonificação.
382 Ao invés de pagar para o governo um determinado valor, ele desconta. Capacitação dos

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

383 contratos de residentes locais. Apoio e participação em projetos de pesquisa e áreas
384 degradadas. A Sra. Luiza questiona se isto é um incentivo e não uma obrigação do
385 concessionário contratar uma mão de obra local tem descontos nos impostos. O Sr. Carlos
386 diz que é um incentivo. A Sra. Larissa explica que não são impostos, se trata do ágil
387 contratual. Quando se faz um processo licitatório, se parte de uma base, sendo nesta
388 modelagem econômica, o mínimo que o licitante poderia ofertar seria 2% da receita
389 operacional bruta. O que se oferta acima disso, no processo licitatório, por exemplo, se
390 alguém ofertar 10%, gera o que se chama de ágil, neste caso ágil de 8%. Se comprovar
391 pelos indicadores que parte deste valor no projeto básico do edital, que ele vá adquirindo
392 produtos do entorno, sejam produtos para o restaurante, para artesanato local para venda na
393 sua loja de conveniência, se ele comprovar que está contratando mão de obra da região ele
394 também bonifica e a capacitação dos empregados, pois sabe que as pessoas que vem
395 trabalhar dentro da UC devem entender que estão trabalhando dentro de um espaço
396 protegido que saiba lidar com a questão dos resíduos sólidos que são produzidos e com as
397 questões ambientais que são relevantes. Também ao apoio a pesquisa, que veio para este
398 projeto como uma questão importante, que o concessionário também deixe recursos para
399 apoiar a pesquisa dentro da UC e também áreas degradadas que precisam de investimento.
400 Então ele comprovando estes indicadores que tem todo o mérito descrito no projeto que ele
401 está investindo, consegue reduzir até 50%. Ao invés de restituir para a união por meio da
402 GRU 10%, da receita operacional, ele restituiria então 6%. É um incentivo que usa este
403 recurso para este tipo de atuação. Cabe mencionar que isso já adotado como prática por
404 exemplo para Foz do Iguaçu que por ser um contrato mais antigo não traz este tipo de
405 amarra, no entanto eles entenderam ser importante que não ficasse restrito ao município de
406 Foz do Iguaçu e sim dos outros municípios do entorno e trabalharam isso com a
407 capacitação dos produtores locais para que se produzisse estes produtos que hoje são
408 comercializados no restaurante, então hoje todo o alimento que vem para o restaurante é
409 produzido por estas propriedades do entorno. É um trabalho grande de capacitação de
410 método de produção ecologicamente corretos. Também nas lojas de conveniência do
411 contrato com a Cataratas, os produtos que são vendidos iniciaram incentivando uma
412 pequena fábrica de fundo de quintal que fazia as camisetas e produtos vendidos lá. Hoje,
413 essa produção que era familiar, já se profissionalizou. A Sra. Carla membro do conselho pelo
414 Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica expressou sua preocupação com
415 relação a fiscalização e como a comunidade vai poder fiscalizar se realmente está

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

416 acontecendo, como podemos amarrar agora em que as coisas não estão totalmente definidas.
417 Com por exemplo, eu vou a Iguaçu, quanto da contribuição que eu estou deixando está
418 realmente revertendo para a comunidade do entorno, para a sociedade, para as espécies, para
419 a pesquisa... Se sabe que no Brasil temos um grande problema de fiscalização devido a isso
420 questiona como se poderia fazer para que realmente isso ocorra. Pois é de interesse de todos
421 que se mantenha o meio ambiente, a comunidade local, a fauna, como se obter um retorno
422 que se gostaria. O Sr. Pablo membro do conselho pela da Ulbra disse que imagina que no
423 Edital de concessão deverão constar todos os indicadores. A Sra. Liziane coloca que deve
424 evitar que se compre por um valor e se comprove pelo valor de venda. O Sr. Nelson disse
425 que o que se pede é transparência. O Sr. Carlos Wolf membro do conselho pela
426 APARADOSTUR disse haverem duas coisas a se fazer, contabilidade e auditoria.
427 O Sr. Flavio da Agência Cânions e Peraus da Praia Grande, que participou da primeira
428 reunião de conselho consultivo do parque, questionou sobre o fato de ter sido dito que a
429 concessão é uma das formas pede exemplo de quais seriam as outras formas. O Sr. Carlos
430 informa que o turismo de base comunitária, onde as comunidades locais se organizam para
431 oferecer um serviço de turismo, projeto das trilhas de longo curso, portarias de
432 cadastramento e autorização para condução de visitantes, portaria de autorização de
433 atividade de canionismo na Chapada de Veadeiros. Os processos de permissão mais
434 simples em UC que já tenha algo implementado, acordos de cooperação outros
435 instrumentos onde se pode utilizar o marco regulatório das organizações da sociedade civil
436 que é uma outra forma. O Sr. Flavio diz que acompanha o parque há 20 anos e tem colegas
437 que estão a mais tempo e que o assunto concessão sempre assustou até por não conhecer
438 bem o processo. O parque nacional contribui com tudo o que o Sr. Carlos falou o que é
439 positivo, mas tem um ponto interessante que vários colegas condutores, fazendeiros,
440 agricultores da região acabaram se tornando empresários por conta deste contato com o
441 parque e hoje temos um trade bem formado, bem estabelecido que gostaria de citar. O Sr.
442 Carlos diz que a expectativa da concessão é que não seja excludente do que já acontece,
443 inclusive do concessionário incorporar outros parceiros dentro da operação, por exemplo se
444 ele não tem expertise de asa delta ou parapente, ele não precisa para ganhar a concessão ter
445 esta expertise, mas pode buscar em um dos parceiros que já estão estabelecidos na região
446 para operar o serviço junto com ele, uma cavalgada, outro tipo de expedição, escalada não
447 sendo preciso ser o responsável por todos os serviços. Uma das expectativas é a de
448 diversificar as atividades dentro da UC. Outros parceiros também podem procurar o ICMBio

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

449 para outras estratégias. Voltando então para o monitoramento e fiscalização. A Sra. Larissa
450 diz que dentro do Edital completo há duas questões que são obrigatórias para o
451 concessionário, sendo uma as auditorias anuais com contratação de uma empresa e dada
452 publicidade. A outra é a figura do verificador independente, baseado nestes indicadores que
453 são indicadores obrigatórios. Além disso, criou-se no ICMBio uma espécie de
454 monitoramento dos contratos de concessão. Hoje são 14 contratos de concessão vigorando e
455 para cada contrato de concessão há uma comissão de fiscalização com seis fiscais ao todo,
456 um responsável pela área técnica normalmente o chefe da unidade e mais uma pessoa da
457 unidade que acompanhará a operacionalização das atividades de rotina e trabalhando para a
458 satisfação do visitante, pois um dos maiores objetivos é prestar um serviço de qualidade para
459 o visitante. Outro é o fiscal econômico-financeiro que irá avaliar os repasses que tem que ser
460 feitos, avaliando o número quantitativo de visitantes da receita operacional bruta e do
461 repasse que foi feito pelo concessionário. Outro é o fiscal contábil que ajuda nesse
462 processo de avaliação desses relatórios fiscais analisados pela auditoria anual e um que é o
463 fiscal de obras que vai entender os projetos de cada infraestrutura que será implementada e
464 submeter previamente o projeto para avaliação tanto do fiscal técnico da UC como dos
465 engenheiros que trabalham no Icmbio que fazem a gestão tanto para o início das obras
466 como o recebimento das obras depois e tem o comitê especial de concessões. Essas
467 oportunidades que o Sr. Carlos irá falar posteriormente de preposição de novas receitas que
468 não vislumbrou quando fez, elas podem vir. Como ao exemplo de Iguaçu, na época em
469 1998 estava começando a internet e o que era moderno no momento eram as lan houses,
470 que rapidamente ficou obsoleto, portanto esta oportunidade de se propor novas receitas que
471 não estavam previstas é justamente para viabilizar estas novas tecnologias que servem a
472 várias atividades de parque de aventura também, tudo isso e qualquer problema mais grave
473 que se tenha é analisado no comitê especial de concessões composto pelo Diretor da
474 Dicom – Presidente do comitê, pelo coordenador de arrecadação, pela coordenação de
475 finanças, coordenador geral de uso público e coordenador de concessões. Uma instancia
476 decisória onde se tem um compartilhamento das responsabilidades, inclusive para
477 aprovação de subsídio ao comitê gestor que é quem delibera, necessidades de comprar, de
478 modificação, normativas e procedimentos previstos para garantir sua execução. É muito
479 importante a participação do Conselho pois o conselho pode e deve acionar. Sr. Carlos diz
480 que a implementação do uso público é uma ferramenta tão poderosa de transformação e de
481 cooptar parceiros para a preservação da biodiversidade que temos nos esforçado e

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

482 monitorada para justamente para este tipo de preocupação não acontecer pois queremos
483 fazer dar certo, nos preocupamos não só pois estamos realizando, mas por acreditarmos
484 pelas experiências que vemos em outros lugares que isso realmente é significativo e muda
485 a dinâmica de uma região de uma forma bastante positiva. A Sra. Luiza pergunta neste
486 processo de concessão o quanto a administradora fica “dona” do parque o quanto o
487 Cambaraense continua tendo direito ao parque. O Sr. Carlos diz que falará a seguir sobre
488 isso. A Sra. Liziane faz um questionamento de entendimento a respeito do plano de manejo
489 e do EVE da Plantuc, para depois fazer o edital de concessão. Agora temos uma revisão do
490 plano de manejo, um novo edital para estudo de viabilidade, para fazer um edital de
491 concessão. O Sr. Carlos diz que a revisão pontual do plano de manejo foi uma forma onde
492 se buscou distensionar algumas coisas que inclusive o estudo da Plantuc já havia
493 identificado e nós já sabíamos que poderia inviabilizar não só a concessão, mas a
494 implantação das estratégias de visitação que queremos para os parques. Um estudo não
495 inviabiliza o outro, na expectativa de melhorar a oferta de serviços, estamos buscando o
496 procedimento de manifestação de interesse, que envolve os Parques Nacionais de Aparados
497 da Serra e da Serra Geral, Floresta Nacional de Canela e Floresta Nacional de São
498 Francisco de Paula, novas informações, buscando com a sociedade uma vez que o estudo da
499 Plantuc foi contratado e consideramos interessante e importante dar oportunidade para a
500 sociedade se manifestar tecnicamente apresentando outras propostas dentro do processo.
501 Então este é um dos momentos onde os empreendedores da região, grandes e pequenos
502 empresários podem apresentar propostas sobre aquilo que considera interessante e consta
503 no edital o que precisa estar compreendido neste estudo. Esta é uma das oportunidades
504 onde a sociedade pode se organizar e apresentar informações. Junta-se ao estudo da
505 Plantuc a estas contribuições da sociedade que ao se considerar as três unidades de
506 conservação, queremos entender se é possível trabalhar um circuito integrado de visitação
507 nas três unidades. Incorporado RPPNs tudo o que se está buscando agora. Mais
508 informações significativas para se construir o edital. O Sr. Marcos Barbier perguntou qual
509 é o tempo para propormos. O Sr. Carlos respondeu que são dois momentos, sendo um este
510 processo de chamamento público onde a sociedade organizada, os empreendedores ou
511 pessoas que querem apresentar uma proposta ou a consulta pública que é este processo que
512 se inicia agora onde haverá 20 dias para receber as contribuições. São dois instrumentos, o
513 procedimento de manifestação de interesse, um plano de negócios da operação de serviços,
514 isto é uma consulta de mercado. A Consulta pública estamos dialogando para a sociedade

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

515 com o ICMBio para dar sugestões, fornecendo os instrumentos, sendo edital, minuta de
516 contrato, anexos, planilhas de investimento, tudo o que há de construído é disponibilizado
517 para vocês. A Sra. Nivea pergunta quando receberemos informações sobre aquilo que não
518 é concessão, sobre outras maneiras, se vão ser apresentadas. O Sr. Carlos diz que todos
519 podem dar sua opinião sobre o que pode ser ou não e é neste momento que se está
520 buscando estas informações. A Sra. Liziane questionou a respeito do estudo de viabilidade
521 e o Sr. Carlos esclareceu que sim já temos o estudo, a sociedade como um todo pode
522 apresentar sua sugestão e outro tema é que terá a oportunidade de avaliar os componentes
523 do edital. A Sra. Liziane questiona que o estudo de viabilidade junto ao plano de manejo
524 irá delimitar o que pode ser feito como objeto do Edital. O Sr. Carlos diz que já temos um
525 edital baseado no estudo da plantuc e isso que está sendo apresentado, até o final do
526 processo se poderá ou não incorporar outros estudos. O Sr. Marcos Barbier questiona se ele
527 poderá enviar uma proposta operar um restaurante. A Sra. Luiza pergunta se é uma só
528 empresa ou se são várias. O Sr. Carlos disse que eventualmente pode sim e que estas
529 propostas serão avaliadas. O Sr. Alexandre membro do conselho pelo Instituto Curicaca
530 apresenta duas expectativas com relação ao uso público uma em relação às concessões,
531 sendo a expectativa das pessoas como estas concessões podem trazer benefícios,
532 eventualmente quais são os acordos que podem ser feitos dentro do processo e o outro é se
533 existirá uma concessão maior única ou eventualmente o empresário local poderá ter
534 oportunidade de também disputar a concessão de produtos e serviços menores e questiona
535 sobre isso. E também considera que esta estrutura toda deveria ser submetida ao conselho
536 uma vez que o Conselho tem a prerrogativa de fazer a interface onde os empresários locais
537 possam visualizar oportunidades. Sugere que o conselho seja ouvido antes de uma ampla
538 consulta e fazer sugestões, corrigindo a forma como foi encaminhado o processo. Outra
539 questão é a respeito dos percentuais e indicadores, no campo da estrutura de
540 acompanhamento que for indicada haja uma representação efetiva do conselho. Passar o
541 edital pelo conselho e uma participação formal do conselho nos processos de
542 acompanhamento e pede deliberação do conselho sobre estas demandas. O Sr. Carlos
543 esclarece que nos contratos de prestação em entidades públicas, os responsáveis pelos
544 contratos são os servidores, que inclusive respondem pelo contato, esta é uma atribuição
545 que não se pode delegar em conformidade com a legislação, o que pode ser as comissões
546 de acompanhamento dentro da UC. A Sra. Liziane diz que grande coisa ter responsável

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

547 legal se não for feito. O Sr. Carlos esclarece que se trata das formas legais onde na
548 administração pública não se pode delegar a um terceiro a responsabilidade de acompanhar
549 um contrato. Acompanhar o desenvolvimento das atividades está na alçada do Conselho
550 Consultivo como a exemplo das câmaras temáticas na implementação no Parque Nacional
551 da Tijuca. O Sr. Alexandre esclarece haver sugerido a formalização do acompanhamento
552 no âmbito do contrato. O Sr. Carlos diz que isso é factível, no entanto não se pode pactuar
553 contratualmente, no entanto o acompanhamento pode e é desejável que seja feito pelo
554 Conselho. A Sra. Larissa coloca dois pontos sobre como é feita a delegação de serviços.
555 Como se trabalha com processo de concessão, pode-se ter um concessionário, um
556 consórcio de empresas constituindo uma sociedade de propósito específico com CNPJ
557 exclusivo para operar este serviço e para facilitar o controle sobre a receita operacional e
558 pode ter a subcontratação de serviços como a exemplo da chapada dos Veadeiros, uma
559 empresa é a Socicam de aeroportos e transporte rodoviários e a outra que é a Parquetur,
560 que é uma empresa que se constituiu para operar este tipo de serviço. Ha uma lanchonete
561 no centro de visitantes e nenhum dos dois tem conhecimento para prestar este serviço, eles
562 contrataram um local que já oferecia serviço de alimentação, que está operando dentro
563 desta unidade oferecendo sucos de frutas do entorno, picolés produzidos com produtos do
564 entorno o que agrega valor ao produto, isso é uma questão vertical do contrato. Não se
565 pode dar prioridade de informação ao conselho até porque pode haver interessados que
566 compõe o conselho. O que será feito, será dar esta publicidade na página do ICMBio ao
567 mesmo tempo para todos a partir do momento em que serão passados os documentos para
568 a página do ICMBio que serão o Edital completo e o Estudo de Viabilidade, desejamos que
569 todos mandem contribuições, que ele seja o melhor projeto para a região, que seja viável e
570 obtenha sucesso. O momento de contribuir é agora, se alguém tem alguma contribuição
571 que mande neste momento, pois depois que estiver em processo licitatório não vai ter
572 como. Agora se está buscando a contribuição da sociedade civil e do empreendedor para
573 complementar o estudo feito e tornar mais realista. O Sr. Marcos Barbier disse que esse é
574 um momento interessante para nós, mas que 20 dias lhe parece pouco para se elaborar e
575 apresentar um projeto. A Sra. Larissa relatou que os prazos estão realmente apertados em
576 vista dos compromissos com as datas e que vai levar esta demanda. A Sra. Kelly da
577 AETURCS pede transparência aos processos de acompanhamento dos indicadores relativos
578 ao uso público dos parques. O Sr. Carlos diz que o processo de licitação pública segue suas
579 regras estabelecidas, mas que na implementação isto é apresentado aos conselhos pois tem

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

580 que ser feito relatórios anuais das concessões onde tem de apresentar todos os valores
581 arrecadados e uma série de informações por unidade de concessão. Se forem verificar os
582 relatórios de outras concessões é possível se observar todo o histórico se teve questão
583 judicial ou não e isso é apresentado ao Conselho Consultivo das unidades que tem as
584 concessões. No entanto os dados econômicos de uma empresa só podem ser publicados no
585 momento do balanço anual da empresa e devemos analisar também o que é previsto na
586 legislação para o contrato da administração pública acontecer de acordo com o momento
587 previsto por lei. A implementação é acompanhada localmente. A Sra. Carla informa que
588 concorda com o que o Alexandre falou e que está se sentindo atropelada pelas informações
589 e vê que a função desta reunião está sendo para o processo de concessão, então já se tem
590 isso de que se vai fazer a concessão e ela pensou que este seria um momento para se
591 decidir se a concessão seria o melhor, e que já estão com tudo encaminhado para a
592 concessão e estão nos comunicando pois não vê como a sociedade possa através das
593 empresa aqui se tiver que apresentar uma alternativa ou mesmo de São Chico, de Cambará,
594 dar trabalho para o turismo local ou as pessoas envolvidas com o turismo e observação de
595 aves, não vê como eles vão se organizar para conseguir cumprir as prerrogativas de um
596 edital em 20 dias, um edital de concessão. O Sr. Carlos esclarece que o Edital de
597 Concessão será lançado no final de outubro e dentro deste tempo iremos dialogar e
598 melhorar o processo. A Sra. Carla pergunta se antes disso iremos conversar e se as pessoas
599 daqui quiserem se reunir e propor uma alternativa de negócio, poderão. A Sra. Larissa diz
600 que com relação a ter a concessão, sim vai ter. É imprescindível que se tenha uma estrutura
601 de gestão e de pessoas a serviço muito maior do que se tem hoje e este investimento de
602 demanda não tem como caber em outra delegação de serviços que não a concessão pois
603 não é um investimento que em 5 anos cai. Quando conseguimos fazer uma modelagem de
604 negócio que cabe num investimento como este, lembrando que a concessão é uma
605 prestação de serviço e ela é compatível com uma série de outras modalidades de delegação,
606 em vista da portaria de cadastramento de condutores que está sendo elaborada, que é uma
607 modalidade de autorização que pode ser utilizada. Se pode fazer uma autorização para uma
608 série de atividades, esportivas. Por exemplo o parque Nacional da Chapada dos Veadeiros,
609 quem está operando agora tem a autorização para condução de visitantes, autorização para
610 o canionismo, são diferentes modalidades que convivem em uma determinada unidade de
611 conservação. O fato de se trabalhar com uma concessão para a gestão da cobrança de
612 ingresso, de serviços de alimentação, lojas de souvenirs, não exclui todas as outras

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

613 modalidades. A Sra. Carla diz que provavelmente é um grande investidor que terá o
614 dinheiro para fazer tudo isso e que terá o dinheiro para talvez ele contratar alguém daqui. O
615 Sr. Carlos Wolf disse que certamente serão contratadas pessoas daqui e que as pessoas
616 daqui precisam se preparar para poder apresentar a estes investidores quais são suas
617 capacitações e por isso é melhor trabalhar com gente daqui do que trazer recursos de fora.
618 A Sra. Larissa informou que não temos entre os concessionários nenhum que tenha
619 expertise em operar hospedagem pois não tivemos nenhuma que envolveu hospedagem,
620 vai precisar se associar para isso. O Sr. Marcos Barbier disse que em todas as reuniões do
621 parque foi dito que se alguém quiser fazer passeio de bicicleta, e que nós não temos os
622 recursos necessários para este investimento até obter o retorno. O Sr. Nelson diz que um
623 avanço que o estudo poderia fazer é perceber que a disponibilização de lazer não é apenas
624 um benefício, mas um direito constitucional e presente na Declaração Universal dos direitos
625 humanos, portanto se o lazer for nulo para a proteção da natureza e não trazer nenhum
626 recurso para as comunidades do entorno, ele continua sendo um direito. No entanto, não é
627 um direito absoluto quando se tem dois direitos que se antepõe se pondera para equilibrar
628 para ambos, mas pode ser ponderado e não condicionado. Você pode vir brincar no parque,
629 mas se você gastar na cidade, se plantar três mudas. A lógica é diferente de uma lógica de
630 licenciamento ambiental. Essa é uma visão na qual o estudo a despeito do equilíbrio de forças
631 do estudo que foi publicado historicamente nos parques nacionais, isso aparece no livro de
632 Balduino Rambo que lutou pela criação destes parques, foi nos Estados Unidos conhecer o
633 sistema americano em 1956 e já defendia isso que a gente está esperando tanto para ver. Se
634 esgrimou um marco legal, mas o fato é que se quiser consultar o plano de lei se consulta e
635 não um plano de manejo. Por isso pensa que se pode introduzir na modelagem ou algum
636 instrumento que inclua a instância do conselho que não deixará de ser consultivo e se coloca
637 um instrumento que gerencie conflito de interesse. Lembrando uma lanchonete em Itatiaia e
638 um trenzinho no corcovado. A lanchonete previa o sabor e o recheio do salgado e evoluiu
639 muito, mas uma coisa básica em uma estratégia de diálogo muito mais do instituto para a
640 sociedade do que da sociedade para o instituto. Através de uma espécie de ensino a distância,
641 de capacitação para atender aos critérios na ideia de colocar um sarrafo onde as pessoas
642 alcançam ou não alcançam. Relata que os montanhistas da CBME são favoráveis as
643 concessões e conhecem os locais onde ela funciona e traz benefícios, mas que é preciso
644 promover a concessão de forma a facilitar o entendimento por parte da sociedade, gerando
645 menos ansiedade e segurança e valorizando as comunidades do entorno. A Sra. Carolina das

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

646 comunidades tradicionais da lagoa do Peixe e hoje trabalha aqui em uma pequena empresa
647 de atividade de turismo de aventura e ecoturismo, e conhecendo a realidade deste lugar. Estas
648 pequenas empresas que financeiramente e até por questão de ignorância queremos entender
649 de uma forma simples, com clareza como iremos agregar este produto. Certamente a
650 transição será impactante e desejamos que positivamente. Para se tornar o atrativo de
651 ecoturismo e de aventura para o mundo todo como desejamos é necessário que leve em conta
652 a comunidade, pois sem as pessoas, o conceito não se realiza. Que estas pessoas que têm o
653 poder econômico entendam que devem agregar estas pessoas que farão a diferença na
654 estratégia de se tornar referência e que tipos de empresas tem essa mentalidade. Aproveitar
655 as diferentes sabedorias das
656 pessoas. O Sr. Marcos Servidor do Ministério Público Federal na função de analista
657 pericial na área de antropologia verificou que na apresentação, existe prazo de 20 dias para
658 a manifestação da Consulta Pública como se está chamando para definir esta primeira
659 etapa para o processo de concessão. Ficou curioso pois se tem um estudo de viabilidade
660 que não se sabe até que ponto ele alcançou uma comunidade tradicional que para uns está
661 no entorno e para outros está dentro dos parques, a comunidade de quilombos de São
662 Roque. Não se sabe se o estudo de viabilidade alcançou a comunidade, sendo essa uma
663 dúvida. Sabe que existe uma discussão se atem aos aspectos geográficos e físicos o que
664 explica o estudo de viabilidade sem que a comunidade fosse consultada, mas agora
665 independente disso, este prazo de 20 dias está considerando a consulta que deve ser
666 feita tendo como parâmetro as comunidades tradicionais, este prazo 20 dias considera isso?
667 Qual seria a agenda de vocês se for dentro do prazo de 20 dias para essa para a comunidade
668 quilombola. Deve fazer esta pergunta pois precisa fazer um relatório já que a Dra. Patrícia
669 não pode vir e pedir uma cópia da gravação. A Sra. Kenia informa que eles estiveram
670 presentes na maior parte das reuniões e não foi colocado inicialmente se houve algum estudo
671 de impacto social e ambiental pela CGUP e pela Administração do parque. Mas com relação
672 a outra questão a respeito dos 20 dias considera bem importante. O Sr. Marcos diz estar
673 falando isso com franqueza pois está se iniciando o processo e poderia simplesmente não
674 falar nada e que como se está iniciando o processo ainda que como todos estão interessados
675 em fazer com que a coisa aconteça, considera interessante fazer esta pergunta agora neste
676 momento. O Sr. Carlos disse que em relação aos estudos se a interrelação deles com a
677 comunidade específica ele não avança sobre o território que está se propondo sobre estas
678 comunidades, até porque a partir da articulação do território, a administração dele é diferente

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

679 por ser um território quilombola e não podemos impor dentro de um território que não é sob
680 gestão do ICMBio a menos que no futuro os acordos de cooperação sejam possíveis a gente
681 não pode neste momento fazer uma composição sobre um território. O Sr. Marcos diz que
682 independente da questão territorial vendo a comunidade como uma comunidade tradicional
683 do entorno, de que maneira esta consulta pública vai alcançá-los? O Sr. Carlos diz que em
684 termos de consulta pública não se desenham formatos diferentes para cada comunidade. O
685 Sr. Marcelo informou que a comunidade quilombola é representada no conselho, eles se
686 fazem presentes em quase todas as reuniões de conselho e não sabemos por qual motivo
687 não vieram, mas eles estão a par da situação. Esta consulta não necessariamente
688 corresponde a aquilo que deve ser feito para a comunidade tradicional por esta razão
689 pergunta se existe alguma agenda para levar até eles. A Sra. Larissa diz que o que se pode
690 fazer é dar ciência sobre a abertura do processo e contribuições, fazer chegar a esta
691 comunidade essa informação e considera isso bem importante. Inclusive pois vislumbramos
692 a possibilidade de colocar alguma coisa que ainda não pensamos e
693 conversamos com a comunidade e estruturar com um posto de informação e controle lá e o
694 concessionário fique com a obrigação de reconfigurar aquele posto, melhorar as questões
695 que estão previstas para lá de biblioteca e de uma série de outras para que a comunidade
696 tenha uma contribuição importante do concessionário. O Sr. Fabio diz que a tendência é
697 haver uma aproximação pois eles querem desenvolver o turismo de base comunitária lá em
698 parceria também. A Sra. Kenia diz que poderá dentro destes 20 dias levar até a
699 comunidade estes documentos de chamamento público e dos estudos do edital de estudo de
700 viabilidade econômica para que eles tomem conhecimento do processo como um todo e
701 façam suas manifestações. A Sra. Larissa diz que inclusive pelo lei que foi aprovada no
702 ano passado traz uma coisa bem importante neste sentido que o investimento pode ser para
703 outras áreas que não aquela que o concessionário vai operar, pode prever investimento por
704 exemplo para apoio e pesquisa, seja num alojamento para pesquisadores como na reforma
705 e manutenção, para apoio e manutenção da unidade onde se colocou alojamento de
706 brigadistas e pode contemplar outras questões como por exemplo um posto de
707 identificação e controle para identificar o turismo de base comunitário e é muito bem-
708 vindo esse tipo de investimento que vai trazer um retorno que não é direto. A Sra. Carla diz
709 que temos que tomar cuidado pois queremos criar um turismo mas o turismo tem que ter
710 sustentabilidade, senão perde a razão de ser e os nossos processos cuidam muito da questão
711 de capacidade de visitantes que cada área dentro do parque tem condições de receber com

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

712 mínimo impacto, na Chapada dos Veadeiros, por exemplo, se tem um limite que foi
713 estabelecido com uma metodologia de cálculo como balizador que cada área aberta a
714 visitação suporta e o sistema de venda de ingressos do concessionário se limita a vender
715 para aquelas unidades seu limite para garantir a qualidade da experiência. Sr. Marcelo
716 membro do conselho pela APETUR Associação de empreendedores turísticos de Praia
717 Grande, relata sua dúvida sobre o edital de interesse, nas reuniões anteriores sobre a
718 concessão havia sido informado que não se poderia serem feitos contratos de turismo de
719 base comunitária, e que seria um único concessionário para todo o processo, não seria feito
720 “colcha de retalhos” pois seria difícil de administrar. Agora, está sendo feito um edital de
721 20 dias onde se possibilita apresentar este tipo de proposta, isso nos chocou por saber que
722 o Parque Nacional tem trabalhado com a comunidade do entorno. Seria de nosso maior
723 interesse participar a este Edital e fazer com que nossos representantes na Associação
724 como empresários e visando nossos negócios, para isso quer entender se existe mesmo
725 alguma possibilidade de que uma empresa local possa assumir algum destes serviços e se a
726 concessionária terá acesso a este edital de interesse para que possa usá-lo em sua
727 composição. Sr. Marcos traz a discussão sobre a comunidade isso não pode levar à
728 construção de um edital que considere e priorize a participação da comunidade na
729 realização deste empreendimento que irá acontecer. O Sr. Carlos responde que em relação
730 ao turismo de base comunitária, ele não é um edital pois a primeira questão do turismo de
731 base comunitária é a comunidade querer, devendo ser uma manifestação da comunidade
732 em querer alterar o serviço de visitação e neste caso se trata de uma estratégia
733 desenvolvida para aquela comunidade. Construindo-se um processo de empoderamento
734 dentro de um processo específico onde o ICMBio é apoiador, sendo o desejo da
735 comunidade fora de um processo de concessão. O Sr. Marcelo diz que é de Praia Grande e
736 que tendo em vista que se tem um trade bem formado e opera um turismo dentro do Parque
737 Nacional de excelente qualidade, onde não se encontra lixo na trilha do Rio do Boi pois se
738 faz educação ambiental para todos os visitantes daquela área, então se as operadoras de
739 Praia Grande nestes 20 dias tiverem interesse em assumir a responsabilidade sobre a área
740 que compreende a trilha do Rio do Boi se poderiam fazer um pedido e talvez ser
741 contemplados com isso. A Sra. Larissa reponde que isso poderia ser feito em uma outra
742 figura, a manifestação de interesse privado, onde se manifesta o interesse de operar dentro
743 da unidade, neste caso fará os próprios estudos e colocar ao órgão gestor esse interesse e o
744 órgão gestor irá avaliar se é oportuno, se há interesse, se é eficiente econômico e vai se

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

745 posicionar. O Sr. Marcelo questiona que por se tratar da comunidade de Praia Grande não
746 se enquadra em Turismo de Base comunitária. O Sr. Carlos explica que comunidades
747 tradicionais são uma figura específica dentro do Snuc, como na legislação brasileira. Diz
748 que é importante neste momento que aqueles que tem uma proposta a apresente para
749 analisarmos todas as possibilidades de acordo com seu nível de importância. Estamos em
750 um processo de consulta de diálogo com a sociedade em geral. A Sra. Nivea diz que não
751 está sabendo desta oportunidade da ocip e que ninguém ouviu falar disso ainda. O Sr.
752 Carlos diz que neste caso são outras figuras e que há de se esmiuçar o Snuc a lei das
753 organizações sociais e que está sendo trazida uma das estratégias, sendo esta reunião
754 específica para dialogar com uma das estratégias. A Sra. Larissa diz que poderiam marcar
755 outra reunião para falar de outras modalidades e sugere que olhem o site do papp.gov.br
756 onde tem uma série de modelagens feitas de instrumentos de parcerias com as pessoas das
757 categorias de unidade de conservação, colocar para que tenham ideia do que pode ser feito.
758 O Sr. Fabio diz que como a Sra. Liziane precisará sair pede a permissão de conceder a
759 palavra a ela. A Sra. Liziane pergunta quando será discutida a questão da capacidade de
760 trilha com relação à concessão, por exemplo concedido para tal atividade, para tal
761 empreendimento, por exemplo para fazer um teleférico, pergunta onde será discutida esta
762 capacidade de suporte para não fazer teleférico, vai ser antes, depois, durante, sendo sua
763 preocupação maior com o ambiente pois tem registrado vários problemas dentro da UC
764 exatamente pela falta de estudo de capacidade de suporte, capacidade de carga. A Sra.
765 Larissa diz que há estudos que estabelecem a capacidade hoje, mas que existem vários
766 métodos para se definir a capacidade de carga. A capacidade hoje estabelecida deverá ser
767 mantida no contrato inicial, a partir do momento que se faz investimento na questão de
768 esgotamento sanitário, na questão de melhorias das trilhas e utilização de equipamentos
769 facilitadores, tem que ser analisado. A Sra. Liziane diz que o conselheiro pode ter
770 informações que fogem ao conhecimento do ICMBio e seria interessante passar pelo
771 conselho para ver se não tem nenhum lob e se está liberado, para reforçar que se passe
772 antes, pois não preciso saber do contrato, mas simplesmente dessa possibilidade de haver
773 algum problema ou dano que possa ser irreversível, isso aconteceu com a Rppn 13 de 90
774 quando revogada. Vai ser a mesma coisa por não passarem antes pelo gestor da unidade
775 que sabia mais do problema e gerou outro processo quilométrico. A Sra. Larissa diz que é
776 importante essa orientação, mas é importante ter em mente que instrumentos e ferramentas
777 de acompanhamento da visitação que nos dão as ferramentas para fazer estes cálculos e se

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

778 terá uma atenção especial com relação a isso. A Sra. Liziane pede que seja passado aos
779 conselheiros, pois há o zoneamento de baixo impacto para poder saber o que é baixo
780 impacto para aquele caso. A Sra. Larissa diz que o quanto puderem enviar suas
781 contribuições para terem mais tempo para fazer as adequações. O Sr. Dariel que é
782 necessário maior antecedência em vista da Assembleia com Consulta Pública, diz que sua
783 família é bicentenária do entorno dos parques e por esta razão fala com propriedade,
784 questiona se o ICMBio vai trancar a estrada como foi trancado antes ter infraestrutura fora
785 como dentro do parque pois tem asfalto dentro do parque e não tem fora. O Sr. Carlos diz
786 não conhecer este relato sobre a estrada, mas que o que se espera da sociedade civil e dos
787 órgãos públicos, que as prefeituras venham junto ao ICMBio justamente melhorando
788 acessos, esgotamento sanitário, esgotos, vários serviços que estão fora da alçada do
789 ICMBio, mas que merecem atenção. O ICMBio está agindo como um atrativo de visitantes
790 para o município, de pessoas circulando e espera-se que a administração pública local
791 venha junto melhorando as condições dos serviços. O Sr. Dariel diz que o ICMBio tem se
792 apresentado mais aberto a comunidade local, inclusive sobre a questão de queima. A Sra.
793 Larissa esclarece que com relação à questão da estrada o ICMBio deu todas as autorizações
794 dos órgãos licenciadores e o que foi impeditivo da estrada foi o recurso do Banco Mundial
795 previsto de ser destinado para isso que não veio. O Sr. Hamilton membro do Conselho
796 Consultivo pela APARADOSTUR reitera a questão do Sr. Marcelo questiona com relação
797 ao processo de concessão foi dito que vai sair, e sua preocupação é porque o ordenamento
798 para fazer parte de um processo como esse é bastante complicado, quando se diz que todos
799 podem participar, no entanto quem vai ganhar deve seguir aquele regramento em que
800 poucas empresas do país poderão entrar neste processo e não é só o dinheiro pois existem
801 muitas coisas envolvidas, então essa preocupação é pois existem aqui projetos de vida e
802 agora todos esperando o que vai sobrar para nós, essa preocupação não é pessoal, alguns de
803 nós serão beneficiados, são discussões que nos levam a esperar para ver o que vai
804 acontecer e se não há meios de evitar que isso venha de cima para baixo e fiquemos
805 esperando, pois temos que fazer algo e é neste sentido que acha que pode ser feito algo,
806 certo que não pode ser uma colcha de retalhos, mas será que não existem meios desta
807 sociedade que lutou pelos parques até hoje seja incluída neste projeto e não fique à mercê
808 do altruísmo de uma empresa que irá ceder isso, um restaurante, como vai ficar a sociedade
809 de uma maneira geral e a maioria de nós como ficará nessa situação. Pode ou não ser feito
810 algo, ou simplesmente temos que esperar e dizer vamos ver o que vai sobrar. O Sr. Carlos

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

811 diz que o que tem se visto nas concessões que já ocorreram não é o que vai sobrar, temos
812 uma empresa com um conjunto de serviços que estão previstos, basicamente, bilheteria,
813 transporte interno, algumas coisas para melhorar a condição dentro da unidade de
814 conservação. O ICMBio não delega a gestão da UC e sim concede uma prestação de
815 serviço, inclusive o que a empresa faz na UC tem que ser aprovado pelo ICMBio, a
816 empresa não se torna dona do território, ela está prestando um serviço, como por exemplo
817 no caso do Parque Nacional da Tijuca onde um dos aspectos do serviço que é delegado
818 para a concessionária é o centro de visitantes e a venda de souvenirs, ela não é responsável
819 pela gestão do parque, mas sim pela manutenção do centro de visitantes com banheiros
820 limpos, com produtos de alimentação, com souvenirs e serviço de transporte interno da UC
821 para o visitante chegar até a UC não é a concessionária que irá buscar, é todo o trade
822 turístico da cidade do Rio de Janeiro que conduz o visitante. A Sra. Luiza pergunta se os
823 guias podem continuar operando. O Sr. Carlos diz que devem continuar operando. O Sr.
824 Dolizete da agência Rota Aparados questiona a forma como irão operar o transporte lá
825 dentro com um custo muito maior para transportar o visitante até lá. A Sra. Larissa diz
826 terem modelado para que o concessionário fizesse o transporte de visitantes de uma forma
827 complementar ao que já é feito, pois quando a Sra. Larissa esteve aqui em um fim de
828 semana e foi atrás de um transporte para fazer o passeio não conseguiu, teve que locar uma
829 Kombi para poder ir conhecer o Fortaleza pois não tinha o número de pessoas suficiente
830 para atender a demanda na ocasião, então este serviço está previsto no projeto como
831 complementar ao que já é feito pelos locais. Sabemos que quanto mais inclui mais pode ser
832 atendida pelos locais, não se tem como foco geral o centro de visitantes ser atendido no
833 processo de concessão, outra questão é que é bastante dispendioso pensar que um
834 concessionário vai assumir todo o transporte, tendo em vista o número de pessoas que se
835 teria que contratar para trabalhar e esse é o momento de vocês trazerem estas
836 preocupações. O Sr. Dolizete questiona como os agentes estarão inclusos no processo pois
837 hoje se tem em Cambará cerca de 20 Land Rovers, agora que perspectiva tem de se fazer
838 um financiamento e de colocar mais dez se não se sabe o que a concessão pode nos
839 conceder. A Sra. Larissa diz que isso não é a concessão que vai nos dar, quem vai
840 determinar onde serão deixados os veículos para acessar a unidade é o ICMBio, neste caso
841 temos que trabalhar com portarias de autorização, muito mais tranquila que um processo de
842 concessão, pois não depende do processo licitatório, você faz uma portaria, coloca as
843 condições dos veículos que se quer operar dentro da unidade, a documentação que tem que

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

844 ser apresentada, a rota que tem que ser feita, com base nisso as agências interessadas como
845 pessoas físicas vão apresentar a documentação e será avaliado e autorizado. A concessão
846 não impede este serviço. O Sr. Dolizete diz que se a atual condição de acessar ao parque
847 permanecer pode vir a concessão que quiser pois seu direito estará garantido. A Sra. Luiza
848 pergunta se já foi iniciado o processo de portaria. O Sr. Fabio disse que a portaria já estava
849 pronta e Brasília demandou parar o processo e aguardar a portaria feita em Brasília.
850 Inclusive nossa portaria era toda construída para atender à localidade. A Sra. Larissa diz
851 que vinha-se trabalhando com estas portarias de cadastramento de forma individual, fazendo
852 para cada unidade de conservação uma portaria, e percebemos que o regramento
853 geral é muito parecido, a intenção foi de ganhar escala, fazendo uma portaria nacional,
854 onde se dá algumas condições que são comuns para todas as unidades, cada UC com um
855 edital de chamamento público coloca a especificidades que cabem na unidade para que
856 possam aderir a este edital para o processo de cadastramento, há uma modificação de como
857 este processo está bem adiantado e assim que for publicado pode fazer a adequação. O Sr.
858 Fabio informa que já está pronta a um tempo razoável estamos aguardando a aprovação
859 federal para poder apresentar ao conselho, mas a que foi construída aqui ficou parada pois
860 Brasília já atestou que vai dar um andamento em processo nacional. A Sra. Bruna membro
861 do conselho pela Associação Tigre Preto dos Condutores Locais e Guias de Turismo de
862 Jacinto Machado, pergunta se esta portaria prevê o que está sendo discutido aqui. O Sr.
863 Fabio diz que sim e é para o cadastramento de condutores. A Sra. Larissa diz que quem já
864 tem pode continuar ou adequar a sua e as novas se utilizarão dos novos processos. Diz que
865 a mais antiga portaria é a de Lençóis Maranhenses de 2010 e depois se fez uma atualização
866 em 2018 uma outra portaria para Lençóis Maranhenses de compensação onerosa então o
867 autorizado tem que pagar uma taxa anual, como se está elaborando lá um processo de
868 concessão, estabeleceu-se lá do concessionário para facilitar a questão do cadastramento
869 pois lá existia um número enorme de cadastrados, o concessionário lá irá receber a
870 documentação, conferir e falar com o chefe da unidade, o chefe da unidade vai emitir a
871 autorização e o concessionário colocará o chip no veículo para otimizar esta questão do
872 corredor e por este sistema poderemos fazer uma fiscalização. Para cá não se previu isso,
873 só que o transporte de visitantes é compartilhado entre o concessionário e as operadoras
874 que já estão aqui. O Sr. Fabio dá sequência apresentando a grandiosidade de nossos
875 atrativos, cachoeiras, trilhas de fácil acesso aos mirantes, nosso posicionamento com
876 relação à Santa Catarina e à Capital, o mapa dos parques Serra Geral e Aparados da Serra,

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

877 nossa proximidade com Gramado, Canela, São Francisco de Paula e em um eixo mais
878 longo o PARNA São Joaquim. O Sr. Fabio questiona o que se tem em comum e que une
879 estes locais – a trilha de longo curso que traz um grande ganho na integração entre as
880 unidades e tem tido a oportunidade de discutir esse trabalho em conjunto também gera no
881 visitante uma curiosidade em conhecer as demais unidades. Esta integração é extremamente
882 favorável a proposta de turismo que se vem trabalhando com o objetivo de estar
883 conciliando todas estas entradas e estes produtos turísticos através da trilha de longo curso.
884 A Sra. Larissa diz que se tem um programa do governo como o Ministério do Meio
885 Ambiente Invest tur que traz investimentos de infraestrutura focados tanto para
886 investimentos dentro destas unidades de conservação, e o governo para ajudar o entorno.
887 Esta rota que liga a parte serrana com Santa Catarina está contemplada no Invest Tur. O Sr.
888 Fabio diz que hoje temos uma priorização do governo para investir em nossa região, e se
889 tem esse foco e interesse entendendo que é uma prioridade. Apresentou então alguns de
890 nossos atrativos, trilhas principais, passeios ciclísticos, caminhadas, trilha do Rio do Boi,
891 rios para se trabalhar com a questão de banho. Temos a grandiosidade dos cânions com a
892 presença de visitantes do país e do mundo todo que vem conhecer. Em nossos principais
893 desafios hoje temos a questão de estradas de acesso aos parques, condições de
894 trafegabilidade inexistente transporte público regular entre as cidades, acesso limitado aos
895 parques com meios de transporte, onde hoje temos o acesso ao Fortaleza com uma estrada
896 asfaltada, porém da forma que é hoje excluimos as pessoas que queiram caminhar, pedalar,
897 correr, acessar os parques de forma sustentável. Precisa ter um acesso motorizado até
898 porque é perigoso, temos que pensar nisso daqui para frente para que as próximas ações
899 venham a contemplar estas ações com transportes mais sustentáveis e para que as famílias
900 possam tirar o melhor proveito desta visita. Temos as questões dos estacionamentos
901 que não tem capacidade para receber a quantidade de veículos para a visita. A
902 infraestrutura fraca, onde não se tem nada no Fortaleza e alguns dias mais de 2.000
903 visitantes com um banheiro para atender, tudo isso nos remete a necessidade de
904 infraestrutura nos parques. Em 1998 o Itaimbezinho apresentava uma estrutura excelente,
905 mas hoje está muito defasado perto da quantidade de visitantes que temos. Não tivemos
906 condições de dar uma boa manutenção nestes vinte anos tendo várias coisas que precisam
907 de reformas e identificamos várias questões que precisam de investimento em
908 infraestrutura. Apesar da quantidade de atrativos que poderia ser criada, temos uma baixa
909 atratividade para o turista. Apesar das possibilidades não se tem um número de servidores

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

910 para atender a estas infraestruturas que poderiam ser criadas, para o ICMBio fazer isso
911 sozinho, realmente precisa desta parceria. O plano de manejo também é um desafio pois
912 apesar de alguns ajustes permanece defasado em algumas áreas, devemos persistir neste
913 compromisso de continuar o trabalho sobre o plano de manejo. A situação fundiária não
914 regularizada também se torna um problema e temos uma expectativa de atender o máximo
915 possível o que está pendente e de que outras possibilidades sejam trabalhadas para
916 superar este problema do que ainda não foi regularizado. Ainda como desafios temos os
917 quatro núcleos que são o foco inicial sendo Itaimbezinho, Fortaleza, Rio do Boi e
918 Malacara. Com criação de estacionamento, transporte interno e locomoção entre os
919 núcleos, implementação de sistema de alimentação, comércio e hospedagem, visando a
920 permanência maior do visitante nos parques. Esta semana tivemos uma experiência de um
921 grupo que veio visitar os parques e informamos que em dois dias não se faz quase nada dos
922 parques, no entanto o produto que ofertamos, sendo Itaimbezinho e Fortaleza pode ser feito
923 em dois dias, mas se se trabalhar todo o potencial que os parques têm, pode se ficar cinco
924 ou mais dias. A Sra. Luiza questiona se haverá hospedagem dentro do parque e se isso não
925 tira o turista da cidade. O Sr. Fabio informou que hoje temos poucos visitantes. A Sra.
926 Kelly informou que a quantidade de pessoas que se hospedam é mínima frente ao número
927 de visitantes que a concessão poderá trazer. O Sr. Nelson relata ter feito um cálculo quatro
928 anos atrás e que o PNAS+PNSG tem 100 vezes menos quilômetros de trilhas por hectare
929 abertos à visitação que os parques nacionais Serra dos Órgãos, Itatiaia e Tijuca e que a hora
930 que as trilhas forem permitidas, a hospedagem não será um problema. A hora em que
931 oferecermos trilhas, a hospedagem não será um problema frente as expectativas dos clientes.
932 O Sr. Fabio disse que em princípio se trata de um contrato projetado para 30 anos. Vemos
933 que trará benefícios tanto de arrecadação, como em benefício para as comunidades do
934 entorno. Um problema que temos identificado é o problema da agricultura convencional em
935 áreas arrendadas que se utilizam de insumos químicos. Então se tem uma concessão que virá
936 treinar pessoas, para uma agricultura sustentável, orgânica, dá oportunidade de abrir
937 mercado para estas pessoas, começa um processo onde a maioria das pessoas quando
938 encontra um mercado aberto para aquele produto, passa a querer focar naquele nicho a partir
939 do momento que a agricultura convencional eu não vou vender vou começar a produzir
940 orgânico pois as pousadas e restaurantes irão comprar, um novo horizonte que se abre em
941 uma seara que se tem bastante dificuldade em trabalhar, mudar o conceito de comprar
942 produtos convencionais que vem de fora, de commodities, larga escala, grandemente

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

943 dependente de insumos químicos, começa a mostrar para outros agricultores que existe essa
944 demanda de mercado, tem um aumento de qualidade ambiental. No arrendamento de terras
945 se paga na contaminação do solo, dos lençóis freáticos e está trazendo um turismo focado na
946 questão da natureza e na preservação do meio ambiente, se dá uma resposta muito melhor
947 para o visitante com todo esse rol de possibilidades todo esse agregado que iremos ter se
948 começarmos a trabalhar todas estas questões. Por isto a importância da questão das
949 bonificações, se o próprio concessionário poderá bonificar a questão da agricultura
950 sustentável, a gente abre um horizonte muito grande. A divisão dos núcleos que foi
951 apresentada anteriormente, Itaimbezinho, Rio do boi, Morro Agudo, Fortaleza, Malacara,
952 Piscinas do Malacara, Tigre Preto, as vias abertas ao público, as vias fechadas ao público,
953 os acessos, conexões, o Centro de visitantes do Itaimbezinho, os pics que estão em operação,
954 os pics que hoje estão desativados, então todas as questões a serem trabalhadas, como por
955 exemplo hoje no Tigre Preto não se tem controle de entrada. A medida que se consegue
956 colocar um pic lá se interesse, começa ter mais visitação e controle de forma
957 mais sustentável, o mesmo com relação a Piscinas do Malacara, Macuco, várias outras
958 possibilidades que podem vir a ser trabalhadas em favor do meio ambiente a partir do
959 momento em que se tem hoje estamos sugados pela questão do uso público, teremos a
960 disponibilidade de trabalhar sobre a finalidade da conservação do meio ambiente. Na
961 questão do núcleo Pedra Branca existe um trabalho com a Comunidade Quilombola e terá
962 o apoio da concessionária sobre alguns temas que hoje não temos condições de fazer
963 investimento e a comunidade está inserida neste processo. A Sra. Kenia se manifestou
964 pontuando algumas questões inclusive previsto na pauta sobre o projeto realizado em
965 conjunto com a comunidade Quilombola de São Roque, a proposta começou como um
966 projeto de inclusão ambiental e partindo das demandas da própria comunidade, após um
967 levantamento de informações para diagnóstico, está se encaminhando para uma proposta
968 de Turismo de Base Comunitária, e o protagonismo da comunidade está sendo
969 vislumbrado os atrativos não apenas cênicos da comunidade sejam usados em consonância
970 com os objetivos de conservação do parque, mas que isso também seja uma proposta de
971 valorização de seu território de sua liberdade de uso inclusive de evolução física e cultural
972 de sua sociedade. Todos estes elementos para que a comunidade se fortaleça. Existe uma
973 metodologia que se está usando sobre o que a comunidade pretende ou não fazer, o que
974 quer e não quer, qual o perfil de visitante que ela quer receber, e que tipo de atividade ela
975 não quer que exista dentro da comunidade. Projeto voltado ao que a comunidade deseja e

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

976 aquilo que ela não quer. Estamos tendo este cuidado todo pois recebemos diversos relatos a
977 respeito de diversos tipos de intervenções no entorno que são reprovados pela própria
978 comunidade. O próprio turismo de base comunitária vai tomar estes cuidados.
979 O Sr. Fabio retoma destacando os núcleos o primeiro Canion Fortaleza onde temos uma
980 bilheteria, estacionamento, camping, glamping, centro de apoio tanto no Mirante quanto na
981 Pedra do Segredo, alimentação e estrutura de banho e poço. Malacara hoje a previsão é só
982 bilheteria, estacionamento e centro de apoio. Itaimbezinho, bilheteria, estacionamento,
983 glamping e camping, uma hospedaria, centro de apoio, comércio, parque infantil. Rio do
984 Boi bilheteria, camping, estacionamento, espaço comercial, alimentação, estrutura de
985 banho, sala de apoio a pesquisadores. Quando se analisa isso tudo, tem a possibilidade de
986 implantação e de transformação de algumas áreas que não estão contempladas que fomos
987 citando ao longo da fala, estruturação de cerca de 100 km de trilhas, transporte interno,
988 melhoria na limpeza e na segurança que são algumas dificuldades e a concessão a partir do
989 momento que entra no cenário, ela tira do ICMBio encargos que são muito pesados para se
990 pagar as empresas que hoje fazem os serviços de segurança e limpeza que na atuação
991 reduzida em que estamos, onde precisaríamos de muitos mais elementos, com alguns pics
992 inclusive que foram desativados, temos uma ordem de recursos altíssima que se fosse
993 completar tudo o que se precisa, nas diversas entradas do parque estamos certos de que isso
994 seria um custo na casa de 1 milhão de reais para o ICMBio. A medida em que a concessão
995 entra, ela vai assumir estes custos conforme evidenciado. Temos ainda a possibilidade de
996 implementação de outras atividades, acessórias que a Larissa e o Carlos comentaram. Aqui
997 detalhando mais a questão do transporte interno, loja de produtos, souvenirs, camping,
998 glamping, serviços de hospedagem, atividades de aventura, venda de ingresso, serviço de
999 alimentação, centro de visitantes, estacionamento, aluguel de bicicletas e outros. Para
1000 infraestruturas e intervenções físicas, apresentamos o que irá nortear os projetos visando o
1001 mínimo impacto ambiental e no ambiente natural dos parques um padrão dos meios mais
1002 modernos de visitação e conservação ambiental que se tenha desenvolvido. Temos muita
1003 preocupação de que as estruturas sejam implantadas não venham impactar a paisagem ou
1004 trazer outros problemas que seja o mínimo impacto ambiental possível. Estamos
1005 sintonizados com esta questão da conservação e o que há de melhor em todo o mundo.
1006 Aqui mais uma vez a título de funcionários tem uma proposta de identidade para a UC, fala
1007 do local e valorizados estes aspectos do meio ambiente também, sejam materiais e soluções
1008 eficientes que atendam aos critérios de sustentabilidade previsão de conceitos de inovação

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

1009 e garantindo qualidade do ambiente interior bem como harmonia com o ambiente natural
1010 dos parques. Abaixo algumas ilustrações sempre com a preocupação de harmonia com as
1011 paisagens naturais também, aí outra situação que se mostra um telhado verde, praticamente
1012 não trazendo impacto algum para a paisagem. Projetos contemporâneos inseridos e
1013 integrados a paisagem do local garantindo o mínimo de impacto visual, realizando práticas
1014 sustentáveis no desenho e na materialidade das construções e dos espaços. Outras
1015 atividades que se vislumbra, infraestrutura e serviços, trilha de bike, trilha de curta e longa
1016 distância, trilha com acessibilidade, atividades verticais, voo livre, transporte interno,
1017 alimentação, comércio, camping, glamping, hospedaria, centro de visitantes, bilheteria e
1018 centro de apoio ao visitante. Serviços de construção e melhorias investimentos
1019 obrigatórios, fonte de financiamento capital próprio, capital de terceiros, entrada de
1020 bilheteria, serviço de operação e manutenção, atividades acessórias, caixa operacional,
1021 receitas, custos, despesas atual do ICMBio, prazo de 30 anos, valores da projeção inicial,
1022 do primeiro EVE feito pela Plantuc, onde estava custeado um ingresso de R\$ 23,00 com
1023 um investimento de cerca de 17 milhões de reais com outorga fixa para retorno ao ICMBio
1024 de 408 mil anuais. Com variação de 2% no acréscimo das receitas brutas, taxa interna de
1025 retorno 18% e payback de retorno para o investidor seria na faixa de 13,1. A Sra. Kelly
1026 questionou pois na apresentação da Plantuc previa-se um prazo de 20 anos, o sr. Fabio
1027 informou que agora se está trabalhando com um prazo de 30 anos. A Sra. Larissa explicou
1028 que a expectativa para se obter rentabilidade com um playback de 13 anos, foi necessário
1029 aumentar o prazo para viabilizar o negócio, 13 anos para iniciar a reaver os investimentos
1030 dele e ninguém que operar só no vermelho, por esta razão foi aumentado o prazo para 30
1031 anos. Foi questionado a rentabilidade de um investimento de 16 milhões em 30 anos. A
1032 Sra. Larissa explicou que este investimento é para infraestrutura, no entanto o edital que
1033 trará novas propostas trará elementos para melhorar os atrativos e melhoria da proposta e
1034 aumento da rentabilidade. A Sra. Carol da uma sugestão de que esta empresa não vise
1035 lucros. Sugere que a implantação leve em conta as características locais em suas
1036 construções para parecer com o lugar e não algo fictício. O Sr. Fabio diz que ao receber as
1037 propostas o ICMBio tem valorizado muito a comunidade local, precisamos de grandes
1038 investimentos, na verdade nossa situação hoje é muito precária no parque e não temos
1039 condições de receber a quantidade de visitantes que a gente recebe, mas o ICMBio está
1040 sempre muito favorável as comunidades locais, mais uma vez informamos que estamos
1041 procurando instrumentos e aceitamos sugestões para favorecer a comunidade local e é

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

1042 lógico que dentro das unidades de conservação vai estar também os benefícios que se está
1043 trazendo para as comunidades locais. No entanto são necessários investimentos e as
1044 empresas investem assim. Tem modelos interessantes, uma empresa está vindo com uma
1045 proposta tanto pensando na preservação ambiental, como pensando também em ter seu
1046 retorno que é o capital investido. Felizmente tenho tido oportunidade de apreciar isso não é
1047 só capitalismo e enquanto ICMbio temos estes cuidados frente a sociedade. Temos que
1048 trabalhar bastante para que tudo que venha sejam coisas positivas. De que maneira
1049 estruturamos isso para podemos favorecer a comunidade local pois realmente não é de
1050 interesse de ninguém que venha alguém só para tirar dinheiro daqui. Ganhar dinheiro e ir
1051 embora. Não, tem que valorizar o local, investir aqui, criar sustentabilidade. Para nós no
1052 ICMbio o mais importante é a conservação, teremos que estar ainda mais atentos a isso,
1053 monitorar melhor, hoje nossa condição de fazer isso é muito diminuta por ter pouco
1054 pessoal. Temos atribuições muito maiores que nossa capacidade de atender a tudo isso. E
1055 acreditamos que com a chegada da concessionária, nossos resultados tendem a ser
1056 melhores. Precisamos da sociedade também para ajudar neste monitoramento que é
1057 positivo, como é que o meio ambiente está sendo afetado, criar condições para cuidar
1058 disso. Se não cuidarmos no futuro não haverá nada disso, será uma perda para todos. Se
1059 com a chegada da concessão todos participam do processo, acreditamos que todos irão
1060 contribuir para preservar a riqueza que temos. Estamos muito atentos a isso e estamos
1061 certos que quando chegar o momento teremos que estar muito mais em alerta para que não se
1062 perca tudo isto que estamos criando. Tem que participar, conservação não é só o ICMbio
1063 que faz, a sociedade tem que participar disso ou quem perde são todos. A Sra. Larissa deu
1064 um testemunho pois trabalha há dez anos com as concessões. Está no ICMbio como
1065 servidora desde 2005. Nestes dez anos trabalhou com várias unidades de conservação.
1066 Uma dela foi uma questão de honra de Jericoacoara e quando começou estava grávida de
1067 sua filha que tem 7 anos. Em todo esse tempo não conseguiu implementar a concessão lá.
1068 Na primeira reunião, a comunidade local ficou apavorada com muito receio de perder o
1069 que havia conquistado com os serviços que prestavam. Não era nem concessão era parceria
1070 público privada de 4 unidades de conservação, duas no Ceará e duas no Piauí. O Estado do
1071 Ceará era inimigo do Estado do Piauí e ninguém queria que o recurso fosse para implantar
1072 estruturas nas outras unidades. Por uma briga política tivemos a primeira baixa que não
1073 aconteceu a concessão. Pregamos os estudos, reavaliamos só para o pessoal de
1074 Jericoacoara e voltou para reapresentar. A reunião de conselho ampliada tinha 350 pessoas,

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

1075 uma reunião onde parecia que as pessoas queriam nos matar, no final conseguimos evoluir
1076 no diálogo. Uma série de requisitos que haviam sido colocados no primeiro processo,
1077 tínhamos aprendido a olhar. Garantimos naquela reunião, transporte de visitantes continuar
1078 sendo feitos pelos autorizados, que os vendedores das praias iriam poder continuar
1079 operando e uma série de outros requisitos e saímos com um consenso da reunião. Por uma
1080 questão política pediram para adiar. Fizemos Itatiaia, Veadeiros. Agora, no início do ano,
1081 aqueles políticos que pediram para não fazer o projeto, vieram pedir para fazer o projeto. O
1082 que aconteceu com o destino Jericoacoara. Neste ano as pessoas estavam desesperadas pois
1083 sempre foi um local com dificuldade de se conseguir pousadas, mas agora estava com
1084 muitas vagas. Um destino com uma visitação que se degradou muito que se tornou uma
1085 visitação ruim para o visitante e se tem a Apa da Parnaíba que é do lado e que tem o
1086 aspecto que Jericoacoara tinha de vila a anos atrás que era um dos motivos das pessoas
1087 virem do mundo inteiro para conhecer e agora não tem. Agora, eles estão vendo a
1088 necessidade de controlar o acesso, de ter um número de visitantes, pois o negócio deles
1089 depende desta qualidade. A gente teria que ter isso em vista pois aqui a gente ainda pode
1090 estar num passo anterior. A população lá já aumentou muito. Temos que enxergar a
1091 necessidade de ter um determinado controle para não acontecer isso. Em alguns lugares a
1092 concessão vem para estimular o aumento, o fortalecimento do destino, em alguns lugares
1093 frear pois já passou ou perde. O Sr. Fabio disse que hoje temos o inverso, não temos os
1094 investimentos necessários, mas quando tivermos devemos monitorar para que não se perca
1095 a nossa riqueza. Temos que lutar para preservar os recursos que temos ou tudo se acaba.
1096 Hoje estamos perdendo, pois, a precariedade não nos permite fazer este controle. Entrando
1097 os investimentos corretos, temos que monitorar a UC vai conseguir exercer muito mais o
1098 seu papel conversar com os vizinhos, de trabalhar em zona de amortecimento, de fazer o
1099 que hoje não conseguimos fazer. Vamos monitorar pois isso é nossa, essa riqueza não
1100 podemos perder, então quem tem que cuidar somos nós e não quem vem de fora. O Sr.
1101 Marcos Barbier questiona se existe alguma forma da sociedade do entorno se beneficiar
1102 com um fundo criado pela concessão. A Sra. Larissa fala sobre o parque nacional de
1103 Iguaçu onde cobram um percentual dos visitantes que é repassado para um fundo que tem
1104 um comitê gestor que faz todo o controle do que foi arrecadado e faz a aplicação de uma
1105 série de recursos inclusive para a criação de uma pista de pouso. Isso é uma questão que foge
1106 a gestão do ICMBio enquanto unidade de conservação. É uma questão que foi feita lá
1107 e devem se aproximar de como foi feito lá para ver se é possível se fazer aqui através da

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

1108 Secretaria de Turismo, a Sra. Larissa foi conversar com a gestora Cibeli para entender isso
1109 pois havia ouvido falar nesta possibilidade onde foi explicada a questão do fundo. A Sra.
1110 Margarene do Vento da Costa e Casa do Vô Marçal e Vó Maria pergunta a respeito de sua
1111 casa no Itaimbezinho onde foram criados ela e seus irmãos e hoje é um ponto histórico
1112 cultural e como poderia fazer para ficar lá com seu café. A Sra. Larissa passou o
1113 questionamento ao setor responsável e depois irá lhes dar uma resposta. A Sra. Kelly
1114 explica que existe esta demanda por se tratar de uma casa centenária onde há uma história
1115 da família que vivia nos peraus e criou seus filhos lá e hoje recebe os visitantes com fogão
1116 a lenha, pastel de pinhão, em um local de relevância histórico-cultural e tradicional. O Sr.
1117 Fabio abre para perguntas antes de dar seguimento à pauta do conselho. Foi feita uma
1118 pergunta sobre como se dá a questão dos impostos da concessão e em que Município fica.
1119 O Sr. Fabio informa que isso vai depender da localidade de instalação do CNPJ da
1120 empresa, porém como a sede dos parques está em Cambará existe essa tendência. A Sra.
1121 Larissa diz que uma parte dos impostos Municipal e a outra estadual. O Sr. Dariel
1122 questiona sobre uma função de energia elétrica no Fortaleza, que se está na fase de
1123 licenciamento, somente surgiu essa indagação da comunidade. A Sra. Eridiane diz que está
1124 na fase de preparar, o Sr. Deonir diz que o termo de referência. A Sra. Eridiane diz que o
1125 termo de referência para o licenciamento, ainda não entrou em licenciamento. Aquela
1126 primeira consulta que houve consulta técnica, chegou para nós era do Ibama para o
1127 ICMbio para embasar o termo de referência para poder fazer o licenciamento. Ainda não
1128 entrou em fase de licenciamento propriamente dita. O Sr. Anivaldo questiona se falam da
1129 União. A Sra. Eridiane diz que é da União. O Sr. Anivaldo diz que o processo, que estava
1130 acontecendo lá atrás é diferente do que o processo de licenciamento. Que o processo da
1131 Fondora era afetado diretamente pela união, que estava observando é que simplesmente
1132 estavam vindo fazer a parte de regularização fundiária com indenização, sem termo de
1133 conhecimento, sem nenhum estudo prévio alternativo, tanto é que o e-mail que foi enviado
1134 a ele, o croqui do linhão não passa nem aqui, ele passa em transito. Depois vocês
1135 estiveram lá e pelo que eu vi parece que deu uma parada. Mas é um risco que
1136 principalmente nesta parte pertinho do Cafundó onde já tem uma. Inclusive o proprietário
1137 ao lado tem interesse; O Sr. Fabio agradece a participação de todos, e prossegue com a
1138 pauta do conselho. O próximo tema é sobre a comunidade quilombola de São Roque onde
1139 a Sra. Kenia diz que por conta deste novo ponto da pauta da concessão e da ausência dos

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

1140 representantes da população quilombola de São Roque, seria interessante deixar para uma
1141 próxima ocasião, onde eles estejam presentes, desta forma eles podem apresentar os
1142 resultados deste projeto de educação ambiental que se tem executado lá em atenção ao
1143 Termo de Compromisso que foi retomado agora em 2018, esse fica como ponto de pauta
1144 da próxima reunião. O item 3 dos grupos de trabalho e câmaras temáticas. Este item não
1145 tivemos muita evolução neste período, apenas o GT de Revisão de Plano de Manejo, onde
1146 houve aquelas reuniões que relatamos no início da assembleia de hoje e alguma notícia do
1147 Regimento Interno. O Sr. Nelson diz que conseguiram resgatar o trabalho do regimento
1148 interno que tinha se perdido, em administrações anteriores e está assinado pelo Sr. Nelson
1149 e pelo Sr. Eduardo que já foi conselheiro. Que eram os dois de 5 pessoas que participaram
1150 do grupo na época. Uma das pessoas que é a Sabrina Cicareli não conseguiu contato, e outro,
1151 que era secretário de turismo de Mampituba e não está mais na secretaria nem na
1152 administração e a 3ª. é a Kelly, mas não participou das reuniões das quais foram produzidas
1153 as atas, então na verdade não teria como assinar. A Sra. Kenia pontua que este regimento
1154 está sendo revisto então, o GT foi criado para revisão do Regimento Interno que a gente
1155 tenha um documento que seja compatível com o momento atual do conselho. Temos duas
1156 outras câmaras temáticas, sendo a de fomento ao turismo e a de uso público que não teve
1157 devolutiva dos trabalhos e é neste sentido que traz a importância da participação enquanto
1158 cidadãos nestes fóruns pois as temáticas dos grupos de trabalhos conseguimos trabalhar de
1159 maneira polarizada pois realmente é mais difícil reunir todos os conselheiros em uma
1160 plenária para fazer uma assembleia mas consolidamos estas temáticas dos grupos de trabalho
1161 no meio do ano passado com a nova composição do conselho sobre a necessidade de se fazer
1162 um chamamento não só dos inscritos mas de outros que estejam interessados nestas temáticas
1163 para que se engajem e contribuam efetivamente para esta evolução destes trabalhos que
1164 nos subsidiam para a decisão de gestão e em várias outras coisas que conversamos aqui
1165 que poderiam estar sendo fomentadas e geridas no âmbito destas câmaras e grupos que
1166 poderíamos trazer desta reunião independente da proposta para se discutir e dar nossos
1167 pareceres para que as coisas não fiquem apenas dispersas num único momento de
1168 discussão. O próximo momento seria mandar um e-mail para todos os participantes e para
1169 que os mesmos possam mobilizar outras pessoas em seus núcleos para estarem
1170 participando destes processos pois estão parados. A que mais teve movimento foi a de
1171 Regimento Interno que foi um resgate e a do plano de manejo que há contribuições que
1172 foram colhidas, mas temos estas outras instâncias a serem melhor utilizadas. Existe uma

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

1173 previsão de uma próxima Assembleia Geral Ordinária dia 14/10 ainda a confirmar. Seria
1174 interessante que estes grupos evoluíssem antes desta próxima Assembleia para que na
1175 Assembleia consigamos compartilhar os encaminhamentos e também socializar e dar uma
1176 devolutiva como um todo. O Sr. Nelson diz que o aspecto financeiro atrapalha os encontros
1177 e as pessoas estão viajando menos a trabalho, frente a essa realidade, sugere que os
1178 trabalhos sejam feitos por e-mail. Era importante fazer a reforma do regimento, pois ele
1179 que irá prever como funciona a câmara, hoje houve uma crítica séria sobre a câmara se
1180 reportar ao conselho, mas destaca que nem de longe foi a primeira vez que uma câmara
1181 delibera como se conselho fosse. Uma sugestão é que frente a uma demanda com o tema
1182 de uma câmara, se encaminhe para alguém a câmara para fazer um parecer. Se envia a
1183 demanda para a câmara e remete para vocês para ser apresentado em conselho isso evita de
1184 se perder uma reunião de conselho para ter que liberar ir para a câmara para a câmara
1185 voltar para uma segunda reunião de conselho. Vocês da Administração do parque
1186 identificam o que é pertinente a uma câmara, enviam para o responsável pela câmara, que
1187 distribui e questiona se alguém quer fazer um parecer sobre aquilo, e num próximo
1188 conselho é votado. Uma forma de melhorar a adesão a isso. O Sr. Marcelo informa que a
1189 respeito da câmara de uso público entrou como vice coordenador, sendo o coordenador o
1190 Dolvani, conversou com ele na época, ele disse que estava desenvolvendo alguns mapas
1191 onde cruzava o zoneamento com as áreas, acabou não recebendo, ele foi embora, mas tem
1192 conversado com as pessoas de Praia Grande e se alguém de Cambará quiser tomar a frente
1193 neste grupo não faz nenhuma objeção. Pede a Sra. Kenia o mapa para continuar a
1194 discussão. O Sr. Fabio passa a palavra ao Sr. Anivaldo e a Sra. Kenia para que falem sobre
1195 o concurso de logomarca dos parques. A Sra. Kenia explica que em nosso plano de manejo
1196 existe a diretriz de se fazer um concurso para a escolha da logomarca dos parques e diante
1197 deste contexto, da concessão do uso público, é importante neste momento se pensar em uma
1198 identidade visual que reflita os parques nacionais que inclusive compõem um núcleo de
1199 gestão integrada que reflita esta terra, este lugar, suas características naturais, todos os
1200 elementos que possam compor esta logomarca frente a outras entidades ou instituições ou
1201 empresas que vão estar neste cenário muito em breve, pensamos então que uma logomarca
1202 vai refletir tudo isso, nossos recursos e nossos valores fundamentais podendo se consolidar
1203 como a imagem da instituição nestas unidades de conservação aqui. Gostariam de deliberar
1204 junto ao conselho nesta proposta de algumas ideias, sendo uma delas o lançamento de um
1205 edital de um concurso para os candidatos fazerem a proposta de uma logomarca. A outra

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

1206 seria um exercício entre os conselheiros para que possamos definir qual seriam os recursos
1207 e valores fundamentais que permeiam essas unidades de conservação enquanto locais de
1208 preservação e protegidos e após pensar neles os transporia graficamente representados.
1209 O Sr. Nelson sugere um workshop de um dia para discutir os valores do Parque, seguindo o
1210 encarte de roteiro metodológico para planos de manejo do ICMBio, pois a discussão de
1211 valores já é parte do processo de elaboração do Plano de Manejo e já deixaríamos uma etapa
1212 pronta, desde que se observem todas as exigências legais e formais desse processo. O Sr.
1213 Marcelo dá uma ideia complementar de abrir para o público após ter estes valores fixados
1214 para propor a arte para os parques. Para que tendo os valores e conhecendo bem a região
1215 possam fazer propostas. Sr. Fabio diz que devemos definir se abre o concurso ou se o próprio
1216 conselho faz uma proposta. A Sra. Luiza diz que a partir do momento em que o Conselho
1217 tem os valores e abre para a comunidade o concurso seria bacana no sentido de dar esse
1218 diálogo com a comunidade. O Sr. Marcelo diz que até para a comunidade entender os
1219 princípios e valores dos parques também. A Exemplo de Praia Grande que entende os
1220 parques como um entrave a seus interesses pessoais e não olham os parques nacionais como
1221 uma forma de trazer visitantes. Sugere reformular os princípios e a partir deles abrir o
1222 concurso para quem quiser criar uma logo dentro destes princípios. O Sr. Marcos Barbier
1223 sugere dar o telefone da consultora do Sebrae para apoiar este processo. O Sr. Nelson sugere
1224 fazer a discussão de valores, não apenas para a identidade visual, mas de acordo com a
1225 metodologia que ela é feita também no novo plano de manejo e a gente tem isso
1226 documentado, arquivado, feito metodologicamente de acordo para que quando surgir a
1227 possibilidade de fazer o plano de manejo passe a valer. O Sr. Nelson solicita que se registre
1228 em ata a sua proposta. A Sra. Kenia diz que devemos fazer então esse momento de reflexão
1229 para podermos definir quais são os valores fundamentais que permeiam os parques enquanto
1230 unidades de conservação e em seguida pensamos nesta proposta de lançamento do concurso
1231 ou diante disso recebermos algumas sugestões. Como encaminhamento será feita uma
1232 oficina para o levantamento dos valores fundamentais que irão nortear a identidade visual
1233 de acordo com a metodologia do plano de manejo, assegurando a consecução de ambos os
1234 objetivos: identidade visual e aprontamento da etapa de discussão de valores fundamentais,
1235 para revisão futura do Plano de Manejo. A Fabiana pode nos ajudar pois ela tem habilidade
1236 com facilitação gráfica e tem nos dado consultoria e poderia nos ajudar nesta oficina segundo
1237 o roteiro metodológico. A Sra. Kenia irá verificar a disponibilidade dela para marcar uma
1238 oficina com os conselheiros mais interessados. A Sra. Kelly pede que conste em ata a entrega

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

1239 de um documento de demandas das entidades locais para a Sra. Larissa e o Sr. Carlos.
1240 O Sr. Nelson também pede que conste em ata a entrega dos trabalhos inconclusos de revisão
1241 do regimento interno e atas das referidas reuniões do GT de revisão do regimento interno. O
1242 Sr. Marcos pede uma atenção da Sr. Larissa e do Sr. Carlos pela Casa do Vó Marçal e da Vó
1243 Maria que levasse em consideração e falassem em Brasília do grande apego da população
1244 local por ser histórico aquele local pelo que significam para a cidade, que eram
1245 os primeiros proprietários e aquele local reflete um local muito querido para a cidade, que
1246 isso fosse levado em conta. O Sr. Carlos questiona que lugar é este. A Sra. Kenia explica
1247 que é uma área de terra muito próxima do cânion Itaimbezinho que pertence à família do Sr.
1248 Marçal e seus descendentes moram lá hoje em dia. O ICMBio foi emitido da posse
1249 recentemente e eles querem verificar meios de permanecer na terra pois tem vínculo com a
1250 história. Hoje eles têm um pequeno empreendimento de artesanato e de venda de lanches e
1251 bebidas. O Sr. Fabio abre para assuntos gerais e não havendo manifestação encerra
1252 agradecendo a presença de todos. Não havendo mais nada a tratar, a secretaria do conselho
1253 lavrou a presente ata.

Ata aprovada no dia 11/11/2021 durante a 64ª AGO do Conselho Consultivo.

LISTA DE PRESENÇA	
NOME	INSTITUIÇÃO
Fábio Luís Vellozo de Mello	ICMBio
Kênia Maria de Oliveira	ICMBio
Beatriz Isoppo Trindade	Secretaria de Turismo de Cambará do Sul
Cristiano Ramos Vieira	Secretaria de Turismo de Cambará do Sul
Midian Mariele Pereira Polli	Secretaria de Meio Ambiente de Cambará do Sul
José Júnior Ramos Mota	Secretaria de Educação de Cambará do Sul
Jorge Scandolará Júnior	Secretaria de Turismo de Praia Grande
Dariel Oliveira Macedo	Câmara de Vereadores de Cambará do Sul
Luiz Antônio Teixeira Telles	Câmara de Vereadores de Cambará do Sul
Jaqueline Posser Gallina	Instituto Federal de Educação – Campus Sombrio
Jorge Luiz Waechter	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Neimar Fonseca e Silva	EMATER / RS
Pablo César Lehmann Albornoz	UNISINOS
Antônio José Porto	Sindicato dos Produtores Rurais
Nívia Cazara Franzen	Instituto MIRA-SERRA
Lisiane Becker	Instituto MIRA-SERRA

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

Alexandre José Diehl Krob	Instituto Curicaca
Nelson Brügger	Federação Gaúcha de Montanhismo
Carla S. Fontana	CERBMA / RS
Josias de Oliveira Martins	ACONTUR
Kelly R. C. da Fonseca	AETURCS
Sthefany Brugnera	AETURCS
Amilton Alcides Marcelino	APARADOSTUR
Carlos A. G. Varella	APARADOSTUR
Marcelo S. Pupim	APETUR
Eduardo de Souza Bernardino	ASG
Dolizete Mota	ASG
Joares Recco Furlanetto	Associação Tigre Preto
Bruna Tereza Silva Pereira	Associação Tigre Preto
PARTICIPANTES OUVINTES	INSTITUIÇÃO
Loeni B. Iscippel	Artesanato Kantu Kente
Margarene Kippel Ferreira	Vento da Costa
Ernando de M. Fernandes	
Larissa Mora Diehl	ICMBio
Carlos Henrique V. Fernandes	ICMBio
José Antônio Brugnera	Cambará Eco Hotel
Dolizete Ramos Mota	Rota Aparados
Luciane Santos Castilhos	Agência Cânion Turismo
Paulo E. Macedo Ferreti	Paulo Ferreti Consultoria de Turismo
Gesifani Alves Vafuir	Câmara de Vereadores
Dino Argenta	Agro Latina
Cristina Swaizer	Agro Latina
Everton Couing	Agro Latina
Renato W. da Silva	Secretaria de Meio Ambiente
Neimar Fonseca e Silva	EMATER / RS
Vanessa B. Dalanhol	Câmara de Vereadores
Jéssica W. Pereira	Câmara de Vereadores
Valentin R. Pereira	Cambará do Sul
Álvaro R. Martins Júnior	Quintal de Cambará
Luiza Barison	Estância Felicidade
Marlene Joaquim	Center Hotel Cambará
Fernando A. Nóbrega	CDL
Jorge Duarte S. Júnior	Secretaria de Turismo de Praia Grande
Alexandre Moreira	Cidadão
Monalisa A. Silveira	APCE

**60ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais
Aparados da Serra e Serra Geral**

Flávio G. Lima	Associação de Guias de Praia Grande
Aline Aguiar	APCE
Carlos da Silva	Azulega
Lori Neves Macedo	Cidadão
Amilton A. Marcelino	APARADOSTUR
Marcos F. Almeida	MPF
Renata C. Covino	Prefeitura de Praia Grande
Paulo Rogério A. Borges	Empresário
Padre Tiago Camossato	Pároco
Nilton Nogueira	APCE
Deonir Geolvane Zimmermann	ICMBio
Eridiane Lopes da Silva	ICMBio